

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

THOMAS OTTO FOLLMANN

**RELAÇÃO CHINA-ANGOLA: ANÁLISE DOS IMPACTOS POLÍTICOS E
ECONÔMICOS DA PRESENÇA CHINESA NO PAÍS AFRICANO (1989-2013)**

**Santana do Livramento
2023**

THOMAS OTTO FOLLMANN

**RELAÇÃO CHINA-ANGOLA: ANÁLISE DOS IMPACTOS POLÍTICOS E
ECONÔMICOS DA PRESENÇA CHINESA NO PAÍS AFRICANO (1989-2013)**

DE ACORDO,



Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Pampa- UNIPAMPA

Orientadora: Profa. Dra. Anna Carletti

Santana do Livramento

2023

THOMAS OTTO FOLLMANN

**RELAÇÃO CHINA-ANGOLA: ANÁLISE DOS IMPACTOS POLÍTICOS E
ECONÔMICOS DA PRESENÇA CHINESA NO PAÍS AFRICANO (1989-2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Carletti

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: __/__/__

Banca examinadora

Profa. Dra. Anna Carletti

Orientadora

(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Nathaly Silva Xavier Shutz

(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Kamilla Raquel Rizzi

(UNIPAMPA)

DEDICATÓRIA

À memória de Gustavo Petzold.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ernani e Noeli, por todo amor, apoio emocional e financeiro, fundamental para que esse momento fosse possível. Aos meus irmãos, Diogo e Tânea, pelos conselhos e ensinamentos.

Aos meus amigos, que faço questão de citar nominalmente: Josueh, André, Thomas, Siham, Daniel, Vitória, Adam, Fernando, Renan, Ana Paula, Samara, Guilherme, Bianca, Rogério e Fabrício. Vocês foram o motivo desses anos de faculdade terem se tornado uma experiência maravilhosa. Agradeço por cada risada, cada conversa, e por todo apoio que recebi. Cresci muito ao lado de vocês.

Agradeço de forma especial à minha orientadora, a Profa. Dra. Anna Carletti, por toda a compreensão ao longo do desenvolvimento desse trabalho. Além disso, devo a ti inúmeros aprendizados, e te tenho como uma referência de profissionalismo. Muito obrigado.

Aos demais professores do curso de Relações Internacionais, que estiveram presentes ao longo desses anos de ensinamento e crescimento, meu muito obrigado.

Por fim, agradecer a instituição UNIPAMPA, que me deu a oportunidade de viver e aprender tudo que vivi e aprendi. O campus de Santana do Livramento foi meu lar durante esses anos, e dentro dos muros dessa universidade eu me sinto acolhido.

Devemos fazer o desenvolvimento para o homem e não condicionar o homem à sua prática. A grande revolução a que aspiramos, a qual, ao nosso entender, precede a do próprio progresso econômico, é a educação do povo.

(Leonel Brizola)

RESUMO

A presente monografia analisa os impactos político-econômicos da presença chinesa em Angola para ambos os países, no período de 1989-2013. Para atingir o objetivo, o trabalho utiliza-se de conceitos teóricos do realismo defensivo e do conceito de grande estratégia, apresentando visões de diversos autores da escola, criando uma base teórica sólida. São tratados, ainda, o contexto histórico ao qual estava envolvida a sociedade angolana no início da década de 1990, que após a guerra de independência, testemunhou a continuidade do conflito após a conquista da soberania, desta vez na forma de guerra civil. No último capítulo são apresentadas as interações econômicas e financeiras entre os países, intensificadas ao longo da primeira década do novo milênio, sobretudo após o ano de 2002, que marcou o fim da guerra civil com a morte de Jonas Savimbi. O objetivo geral do trabalho é perseguido a partir de uma investigação histórica, através de uma abordagem qualitativa de base bibliográfica, com um método hipotético-dedutivo. O trabalho confirma a hipótese, de que a relação bilateral entre os dois países deu à Angola maior poder de barganha no sistema internacional e novas possibilidades de crescimento, enquanto os chineses garantiram acesso a matérias-primas e ao mercado consumidor angolano, além de terem um acréscimo em seu poder relativo frente às demais potências, devido à projeção de poder sobre a Angola.

Palavras-chave: China. Angola. Realismo defensivo. Petróleo.

ABSTRACT

This monograph analyzes the political and economic impacts of the Chinese presence in Angola for both countries, in the period 1989-2013. To achieve the objective, the work uses theoretical concepts of defensive realism and the concept of grand strategy, presenting visions of several authors of the school, creating a solid theoretical base. The historical context in which Angolan Society was involved in the early 1990s is also treated, which after the war of independence, witnessed the continuity of the conflict after the conquest of sovereignty, this time in the form of civil war. In the last chapter, the economic and financial interaction between the countries are intensified throughout the first decade of the new millennium, especially after the year 2002, which marked the end of the civil war with the death of Jonas Savimbi. The general objective of the work is pursued from a historical investigation, through a qualitative approach based on literature, with a hypothetical-deductive method. The work confirms the hypothesis that the bilateral relationship between the two countries has given Angola greater bargaining power in the international system and new possibilities for growth, while the Chinese guarantee access to raw materials and the Angolan consumer market, in addition to having an increase in its relative power compared to the other powers, due to the projection of power over Angola.

Keywords: China. Angola. Defensive realism. Petroleum.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1: Investimento setorial chinês em Angola, de 2005 a 2015.

Figura 2: Importações chinesas de petróleo em 2011.

Mapa 1: Mapa político de Angola.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Empréstimos oficiais da China para Angola.

Tabela 2: Balança comercial da Angola com a China.

Tabela 3 – Exportações angolanas para China por produto, em bilhões de dólares, 2002-2013.

LISTA DE ABREVIATURAS

IED: Investimento Externo Direto
SI: Sistema Internacional
ONU: Organização das Nações Unidas
EUA: Estados Unidos da América
FOCAC: Fórum de Cooperação China-África
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola
UNITA: União Nacional para Independência Total da Angola
PLUA: Partido da Luta Armada Unida
PCA: Partido Comunista Angolano
UPA: União das Populações da Angola
PDA: Partido Democrático de Angola
GRAE: Governo da República da Angola no Exílio
PIDE: Polícia Internacional de Defesa do Estado
CIA: Central Intelligence Agency
MFA: Movimento das Forças Armadas
RPA: República Popular da Angola
RDA: República Democrática da Angola
CCPM: Comissão Conjunta Político-Militar
PCC: Partido Comunista Chinês
FMI: Fundo Monetário Internacional
SONANGOL: Sociedade Nacional de Petróleo de Angola
SSI: Sinopec International
CR20BGC: China Railway 20 Bureau Group Corporation
PIB: Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Contextualização da chegada chinesa na África	22
2.2 Realismo defensivo	28
2.3 Conceito de Grande Estratégia	35
3 CONTEXTO HISTÓRICO RECENTE DA ANGOLA	40
3.1 Luta pela independência da Angola	41
3.2 Guerra civil angolana	51
3.3 Histórico da relação China-Angola	55
4 IMPACTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DA RELAÇÃO SINO-ANGOLANA	60
4.1 Fluxos financeiros e comerciais	60
4.2 Análise política da relação China-Angola	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
6 REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

O processo de abertura econômica chinesa iniciado em 1978 por Deng Xiaoping redefiniu a posição internacional assumida pela China, remodelando também a forma pela qual o país se relacionava com o sistema internacional. No primeiro momento, imediatamente após a ascensão de Deng Xiaoping, o continente africano não ocupou um lugar de prioridade para a China, não recebendo muita atenção e não sendo região alvo de grandes dispêndios diplomáticos e econômicos (VISENTINI; OLIVEIRA, 2012).

Entretanto, em 1989, ocorreram os incidentes da Praça Tiananmen, momento em que forças estatais chinesas reprimiram veementemente uma manifestação que reivindicava reformas econômicas e protestava contra a corrupção governamental. A retaliação do governo chinês não foi bem recebida pelos demais países, sobretudo os ocidentais, que interpretaram a ação como contrária aos direitos humanos e à democracia, resultando em um isolamento político da China no sistema internacional. Frente a isso, as lideranças de Pequim voltaram-se à África para buscar apoio político e diplomático como via para a saída do isolamento imposto à China. Esse redirecionamento da atuação internacional do país asiático iniciou um novo paradigma das relações China - África, conferindo maior importância aos países africanos no interior da diplomacia chinesa.

É de suma importância, ainda, contextualizar o período em que ocorreram os incidentes da Praça Tiananmen. Em 1989, o sistema internacional testemunhava o final da Guerra Fria e a suposta vitória da democracia liberal do ocidente representada pelos Estados Unidos da América (EUA), o que notoriamente teve grande influência na decisão dos países pelo isolamento da China.

No momento em que a China se volta para a África em busca de apoio político e diplomático, os fatores econômicos tornaram-se, em seguida, pauta da relação e centralizam os debates a respeito do desenvolvimento da relação sino-africana. Isto se justificou pelo fato de a China, no momento em que busca apoio africano, encontrar-se em pleno desenvolvimento econômico e com altos índices de crescimento que se mantinham a mais de uma década, notoriamente desde o início do processo de abertura – tempo suficiente para o país ter se consolidando como

exportadora de produtos manufaturados e importadora de matérias-primas. A África por sua vez, via-se excluída do plano da política internacional e recebia pouca atenção das potências após o fim da Guerra Fria, uma vez que não era mais necessário o financiamento das guerras por procuração e a contenção do comunismo.

Na esteira desse processo de aproximação sino-africana, em 1993, a China passou a importar petróleo devido ao fato de não ser mais subsistente na produção do hidrocarboneto, dado o seu elevado nível de desenvolvimento industrial, e intensificou sua importância internacional como *player*, acirrando a corrida global por mercados fornecedores de matéria-prima. Consequentemente, compreendido o interesse chinês pelos recursos e pelo mercado consumidor africano, a África tornou-se uma região estratégica para o país asiático (RIBEIRO, 2010).

Angola, país subdesenvolvido localizado na costa ocidental da África subsaariana e grande produtor regional de petróleo, é atualmente um dos principais parceiros comerciais chineses no continente africano muito em razão da sua produção petrolífera, chegando ao patamar, em 2006, de principal fornecedor mundial do produto aos chineses. Entretanto, a relação bilateral não se restringe à exploração de matérias-primas e abrange uma gama de investimentos externos diretos (IED) chineses à Angola, além de concessão de crédito chinês sob as normas do “Consenso de Pequim”. Um bom exemplo é a reconstrução das vias férreas em Angola, destruídas após anos de guerra civil (RIBEIRO, 2010).

Desta forma, Angola é um bom estudo de caso para a compreensão dos reais interesses chineses na região, além de sua estratégia e as consequências positivas e negativas ao povo africano. Entretanto, deve-se ter em mente que o exemplo angolano não representa a realidade de todos os países do continente.

O trabalho estenderá sua análise de 1989 a 2013, ano em que se encerra o mandato de Hu Jintao frente à política do Partido Comunista, totalizando 24 anos de relações sino-africanas desde os incidentes da Praça Tiananmen em 1989. Ainda que a troca de presidentes não represente uma mudança drástica da política chinesa, se faria necessária – caso a análise se estendesse além de 2013 –, uma explicação detalhada das possíveis mudanças na política decorrentes dessa sucessão no poder, levando o trabalho a ser demasiado extenso.

Quanto ao problema de pesquisa, a monografia buscará explicar quais foram os impactos políticos e econômicos da presença chinesa em Angola para ambos os países. A hipótese trabalhada é a de que a atuação chinesa em Angola abriu ao país africano a possibilidade de negociação junto à uma grande potência, gerando poder de barganha frente ao resto do mundo e novas possibilidades de desenvolvimento econômico. A China, por sua vez, além de assegurar o atendimento de sua necessidade por matérias-primas e venda de produtos manufaturados, aumentou seu poder relativo frente às demais potências através da expansão de seu poder sobre o continente africano.

Com o presente trabalho busca-se contribuir para o debate acadêmico relacionado à China e sua atuação na África - mais especificamente a atuação da China em Angola -, uma vez que o país asiático se tornou, após seu processo de modernizações, uma das principais potências globais. Paralelamente, a África desponta como região rica em matérias-primas e com grande população, o que naturalmente significa a existência de um mercado consumidor em potencial.

O fato de o trabalho ter a China como um dos atores a ser analisado, automaticamente confere um grau de importância ao mesmo, uma vez que o país vem galgando espaço entre as potências através do seu desenvolvimento econômico. O trabalho buscará compreender qual estratégia desenvolvida pela China para guiar sua reaproximação com o continente africano, identificando suas manobras sob à luz dos conceitos teóricos que embasam o estudo.

Em contrapartida, analisar-se-á ainda os impactos para o outro lado da relação, a Angola, um dos maiores produtores africanos de petróleo. Da mesma forma que no caso chinês, o trabalho buscará contextualizar a posição de Angola no cenário político global e identificar sua importância para o equilíbrio de poder mundial. Será analisado o processo de aproximação e desenvolvimento da relação sino-angolana, a base de sustentação da relação, e suas conseqüentes implicações políticas e econômicas.

Dessa forma, o trabalho pretende contribuir para um melhor entendimento do impacto da ascensão chinesa, em termos de divisão de poder no Sistema Internacional (SI), e compreender qual o grau de importância da Parceria Estratégica com a África e especificamente com Angola para essa ascensão. Quanto à Angola,

pretende-se contribuir identificando quais as oportunidades de crescimento se apresentam a esse país a partir de sua relação com os chineses, e em última análise, quais as oportunidades oriundas dessa relação para o aumento de seu poder nacional frente aos demais países.

Dividido em 3 capítulos, a monografia foi estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo versará do referencial teórico, munindo o leitor das ferramentas necessárias para a compreensão; o segundo tratará do contexto histórico angolano e a eventual participação chinesa no período; e o último, tratará de apresentar as interações político-econômicas ocorridas entre os dois países no período de 1989-2013. Através dessa divisão, a monografia busca alcançar um objetivo geral, diretamente ligado ao problema de pesquisa, buscando-se analisar os impactos políticos e econômicos da presença chinesa em Angola (1989-2013) para ambos os países. No entanto, para atingir o objetivo geral, o trabalho transpassa pelo cumprimento de objetivos específicos dos capítulos, que são: identificar a estratégia utilizada pela China em seu relacionamento com a África a partir de 1989; compreender em que contexto internacional se desenvolveram as relações sino-angolanas; e, por fim, identificar a interação política e econômica entre os países durante o período de 1989 a 2013.

No que concerne ao embasamento teórico, o trabalho, que analisará a relação sino-angolana, terá auxílio dos conceitos desenvolvidos pelos autores da teoria do realismo defensivo. Além da visão dos realistas defensivos, o trabalho contará, ainda, com auxílio do conceito de Grande Estratégia, que engloba sob o mesmo “guarda-chuva” as diferentes ações e posicionamentos chineses em diferentes âmbitos, concedendo-lhes sentido e organização estratégica de longo prazo.

Um dos conceitos básicos sob o qual se assenta a teoria realista defensiva, e que é igualmente basilar ao trabalho, é a ideia de que a estrutura internacional constrange os Estados e limita suas ações. Waltz (1979) trabalha com dois tipos de estruturas diretamente opostas para desenvolver essa ideia: a hierarquia e a anarquia. Para o autor, a hierarquia é a estrutura que caracteriza as relações políticas no interior de uma nação, dado que as controvérsias que se apresentam entre as unidades (cidadãos, empresas, instituições, etc.), são levadas para que o órgão superior, o governo, as resolva. A anarquia, que é a estrutura que constrange os Estados no

âmbito internacional, não possui qualquer estrutura semelhante ao governo do âmbito interno, não havendo nada acima do nível das unidades. Desta forma, segundo Waltz (1979), a sobrevivência das unidades depende exclusivamente delas mesmas, uma vez que não há intermediadores nas relações do nível unitário, o que as põe em uma corrida por segurança.

Diretamente ligado ao que foi acima descrito, está o conceito de autoajuda (self-help), que segundo Waltz (1979), pode ser compreendido como a característica imperativa de o Estado poder contar apenas com suas próprias forças na arena internacional. Portanto, se a anarquia é a estrutura do sistema internacional, e se, segundo Mearsheimer (2006), “realistas acreditam que poder é a moeda das relações internacionais”¹, é natural que os Estados expostos à essa estrutura busquem poder, simplesmente para que garantam sua segurança.

Dessa dinâmica por busca de poder, é de suma importância a compreensão do conceito de dilema de segurança, resultante do jogo de soma zero, o que significa dizer que quando um Estado aumenta sua fatia de poder, a de algum outro Estado terá diminuído. Portanto, os realistas defensivos dão muita atenção ao poder relativo dos Estados (WALTZ, 1979).

Havendo o dilema de segurança, os Estados passam a se preocupar com a divisão internacional do poder, o que concentra sua atenção na balança de poder. Se sobreviver é o objetivo máximo, é importante que se tenha meios para garantir tal segurança, ou seja, poder. É imperativo, também, que os Estados estejam atentos às perdas e ganhos de poder dos demais países, o que inevitavelmente altera a balança de poder mundial e pode eventualmente trazer riscos à sua sobrevivência.

Fenômenos como as alianças e o *bandwagoning* surgem como possibilidades estratégicas de colocação estatal no cenário internacional, conforme apresentado por Watz (1979). A primeira diz respeito à formação de alianças com o objetivo de contrabalancear o poderio de algum outro Estado que possa vir a ameaçar o equilíbrio do sistema ou o *status quo*. A segunda diz respeito à um alinhamento, quase irrestrito, à algum Estado mais poderoso.

Teóricos do realismo defensivo não acreditam ser a busca pela hegemonia sistêmica uma boa estratégia para algum país, pois esse enfrentaria a oposição de

¹ Realists believe that power is the currency of international politics.

alianças que se formariam contrárias a ele. Mearsheimer (2006), alerta ao fato de que a ambição de um Estado revisionista atingir a posição de *hegemon*, provocaria a aliança dos demais países contra ele, freando seus interesses e ameaçando sua segurança.

Buscando amenizar os impactos negativos do dilema de segurança e da desconfiança na ação dos Estados, os teóricos realistas dedicaram maior atenção à relação *offense-defence balance*. Jervis (1978) é um expoente desse conceito, identificando a forma como as vantagens de atacar ou se defender, em um determinado momento histórico, interferem no dilema de segurança. Resumidamente, ele afirma que caso o armamento de ataque seja considerado a melhor forma de alocar os recursos, a ofensiva bélica será estimulada. O contrário acontece quando é mais eficiente a alocação de recursos em armamentos defensivos.

Segundo a perspectiva de Jervis (1978), após ter construído quatro hipotéticas configurações de variáveis, chegou à conclusão de que um sistema internacional mais seguro e que promoveria a confiança entre os Estados, seria a configuração hipotética que teria a defesa se sobressaindo ao ataque, além da possibilidade de diferenciação entre armamentos de defesa e ataque.

Partindo dos pressupostos elaborados por Jervis, Glaser (1994-1995) desenvolveu ideais a respeito da possibilidade de cooperação dentro do sistema anárquico. Segundo ele, a cooperação pode ser incentivada quando Estados definem mostrar aos demais que não tem a intenção de ataca-los. Ele cita a possibilidade de acordos de restrição de armamentos, investimentos em armas defensivas, e declarações unilaterais de interesses. Na relação com a África, e também na relação com Angola, há acordos e declarações chinesas que podem ser interpretadas nesse sentido, buscando aumentar o nível de confiabilidade da China.

Para uma maior capacidade analítica, optou-se ainda, pelo uso do conceito de grande estratégia como ferramenta auxiliar. Será de significativa importância no que tange à compreensão que o presente trabalho pretende trazer a respeito da função de Angola, para o desenvolvimento Chinês. De uma visão geral, o conceito de grande estratégia diz respeito à maneira como o Estado organiza os recursos disponíveis (recursos materiais, políticos, posicionamentos externos, etc.) para atingir uma finalidade (PORTER, 2013).

No caso específico da China, há a elaboração de planos dirigentes com o intuito justamente de desempenharem o papel da “teoria” por detrás das ações e políticas desenvolvidas em diversos âmbitos, conhecidos como planos quinquenais. Será possível através do uso do conceito de grande estratégia, a compreensão da participação africana na busca da China por projetar externamente seus objetivos - a partir de um impulso interno -, ao mesmo tempo em que atua externamente para evitar agressões ao âmbito doméstico.

Para atingir os objetivos propostos no corpo do trabalho, será necessária uma investigação histórica dos eventos pertinentes, para que se possa estabelecer uma construção e desenvolvimento do trabalho. A monografia visa utilizar-se de uma abordagem qualitativa, que segundo Prodanov e Freitas (2013), é uma abordagem que dispensa a utilização de métodos quantitativos, bases de dados e ferramentas estatísticas, tornando o autor como peça central na construção dos argumentos da obra. Através de um método hipotético-dedutivo, que conduzirá o trabalho na direção de testar a hipótese previamente desenvolvida, buscar-se-á a aproximação da veracidade dos fatos, ainda que de maneira limitada. Como afirma Gil, a respeito do método hipotético-dedutivo:

Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se conseqüências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tentar tornar falsas as conseqüências deduzidas das hipóteses (GIL, 2008, pg. 12).

Naturalmente, dada a proposta de identificação das relações China-Angola, o trabalho terá um caráter de pesquisa aplicada, o que significa dizer que o autor se preocupa com a aplicação prática de sua análise, suas conseqüências no mundo verificável e o lastreamento das afirmações nas relações materiais. (LAKATOS, 2003)

No que se refere ao nível da pesquisa, o utilizado será de caráter exploratório, o qual permite, conforme Gil (2008, pg. 27), “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Esse método permitirá que conceitos teóricos sejam melhor trabalhados, estabelecendo um diálogo entre a teoria e os fatos e situações que serão evidenciados, tanto para corroborar a teoria, quanto para encontrar possíveis lacunas deixadas pela mesma. Será ainda, também

explicativa, pois buscará a análise dos fatos, interpretando-os e buscando suas causas.

Em consonância com o caráter exploratório-explicativo que terá o trabalho, além de sua proposta qualitativa, os meios utilizados como fontes para o desenvolvimento do mesmo serão de base bibliográfica, com relevância especial de livros, artigos de periódicos e artigos de anais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo serão apresentados os conceitos teóricos que se utilizarão para a análise da relação China-Angola no período 1989-2013, os quais são importantes para fundamentar a compreensão do desenvolvimento histórico da relação, tanto nos momentos iniciais, na continuidade ou em possíveis inflexões. Desta forma, o capítulo está estruturado em três subcapítulos: o primeiro trata da contextualização da chegada chinesa na África; o segundo, trabalha os conceitos do realismo defensivo; o terceiro, por fim, apresenta o conceito de Grande Estratégia.

O primeiro subcapítulo busca situar o leitor no contexto histórico do desenvolvimento das relações da China com o continente africano, evidenciando que a aproximação ocorrida no final da década de 1980 trata-se de uma reaproximação entre o gigante asiático e o continente. Dessa forma, permite o entendimento da diferença presente entre o processo de aproximação que é objeto deste trabalho, e os processos de aproximações anteriores.

O segundo subcapítulo apresenta os conceitos da escola do realismo defensivo, que serão a base teórica do trabalho. Tais conceitos buscam explicar os fatores estruturais que influenciam a tomada de decisão dos líderes, fornecendo ferramentas que permitem o aprofundamento da análise do processo histórico, enriquecendo a análise.

No terceiro subcapítulo é trabalhado o conceito de Grande Estratégia, o qual fornece uma ideia, assim como o nome sugere, de uma inserção estratégica do Estado. A partir da conceituação do que se entende por Grande Estratégia, é apresentada a forma como a estratégia chinesa foi desenvolvida, os constrangimentos estruturais que a influenciaram, e por consequente a maneira como os líderes políticos atuaram, levando o plano de atuação a ser conhecida como “calculista” a partir do final da década de 1970.

Com essas três partes, cada uma delas tratando de um tópico específico, mas mantendo íntima ligação entre si, busca-se atingir o objetivo do capítulo que é de identificar a estratégia utilizada pela China em seu relacionamento com a África, a partir de 1989. Entretanto, apesar de ter um objetivo no próprio capítulo, a função do

referencial teórico é, como já mencionado, munir o leitor dos conceitos necessários para a análise da relação em questão.

2.1 Contextualização da chegada chinesa na África

O contato chinês com o continente africano é muito antigo, datando do século XV com as expedições de Zheng He, anterior inclusive, à interiorização da colonização europeia na África (PEREIRA; PING, 2006). No entanto, para a compreensão da relação do país para com o continente nos últimos trinta anos, é importante que se concentre a análise a partir de 1949, ano da Revolução Chinesa, momento em que se altera notoriamente a condução da política externa do país asiático (XAVIER, 2011). No mesmo período, na África, intensificava-se o processo de descolonização e libertação dos territórios do jugo das potências europeias.

Em 1949, o exército comunista liderado por Mao Zedong, conquistou boa parte do território continental pertencente atualmente à China, obrigando o exército de Chiang Kai-shek, seu principal oponente e aliado às forças capitalistas, a se instalarem no território de Taiwan. De seu território insular, apesar de ser expulso da parte continental da China, Chiang Kai-shek seguiu declarando-se presidente da República da China e com direito sobre o território ocupado pelos comunistas, criando uma crise diplomática entre o país estabelecido no continente e a ilha, com implicações até os dias atuais. Porém, ainda em 1949, Mao Zedong declarou a criação da República Popular da China, sob comando do Partido Comunista Chinês (OLIVEIRA; VISENTINI, 2012).

O contexto internacional que o PCC encontrou em seus primeiros anos de existência, foi o início da Guerra Fria com os blocos soviéticos e capitalistas se enfrentando. A China comunista buscou uma inserção independente, fugindo das alianças automáticas apresentadas pelo sistema internacional polarizado. Encontrou nos demais países do Terceiro Mundo, muitos dos quais ocupados em lutas pela independência, aliados no processo de reconhecimento chinês e que puderam contribuir para uma inserção sem alinhamentos automáticos, fugindo das opções soviéticas e norte-americanas. Como consequência de uma convergência de interesses de líderes mundiais terceiro-mundistas, ocorreu em 1955, a Conferência

de Bandung, o primeiro encontro do Movimento dos Países Não Alinhados (VISENTINI, 2012).

Zhou Enlai, primeiro-ministro chinês, aproveitou o encontro para apresentar os cinco princípios da coexistência pacífica, levados à público pela primeira vez em 1953 (durante as negociações de paz com a Índia), sobre os quais se baseou a política externa chinesa após a revolução. São eles: respeito mútuo pela integridade e soberania territorial; não agressão mútua; não interferência nos assuntos internos; Igualdade e benefício mútuo; coexistência pacífica (RYSZYK, 2010).

Nas décadas de 1950 e 1960, a China, baseada nos cinco princípios de Zhou Enlai, buscou aliados políticos que reconhecessem seu território e legitimassem em nível internacional sua existência. Muitos dos países fundadores do Movimento dos Não Alinhados estavam envolvidos em processos anticoloniais ou eram países independentes com poucos anos de existência. Assim, os líderes comunistas enxergaram nas ondas de descolonização e lutas nacionalistas que caracterizaram o contexto internacional da Guerra Fria, oportunidades de aproximação estratégica especialmente com os países africanos

Na década de 1950, as principais lutas anticoloniais concentravam-se na região dos países árabes e no Magrebe. A partir da década de 1960, por sua vez, a África Subsaariana foi palco de inúmeras lutas de libertação. Essas mobilizações nacionalistas no continente africano proporcionaram à China a condução de uma aproximação com tais países de forma a estabelecer relações pautadas na busca pelos interesses mútuos, vide os cinco princípios anteriormente mencionados. Tal movimento político, como consequência, garantiu o reconhecimento da China comunista como a representante legítima, do ponto de vista internacional, do povo chinês. Além disso, o grande número dos países africanos dava aos chineses uma boa base de apoio em litígios internacionais.

De acordo com Ryszyk (2010), a atuação chinesa para os países africanos no período de 1949 até fins da década de 1970, foi guiada de forma ideológica e perseguia primordialmente resultados políticos. A questão ideológica pode ser evidenciada na ajuda chinesa à grupos armados africanos envolvidos em lutas pela independência, e também na recusa de ajudar países pró-soviéticos, durante a crise no relacionamento sino-soviético durante a década de 1960. Como afirma Samy:

China apoiou os países africanos em sua luta pela independência das potências coloniais e providenciou assistência econômica para os novos países africanos independentes, demonstrando, portanto, sua oposição ao colonialismo e ao imperialismo. A relação foi muito ideológica, como se viu pela recusa da China em apoiar países pró soviéticos depois da cisão sino-soviética na década de 1960 (SAMY, 2010, p.78, tradução nossa).²

O apoio político angariado pela China junto aos países africanos, buscava o reconhecimento por parte desses países, condicionado pelo não reconhecimento de Taiwan. Porém, o objetivo chinês também se baseava na formação de aliados, para o enfrentamento de disputas políticas contra grandes potências e no âmbito das organizações internacionais. Em 1971, houve a confirmação dos anseios das lideranças chinesas, quando o país foi eleito para ocupar o assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), substituindo a vaga ocupada por Taiwan. Na ocasião, a China recebeu 76 votos favoráveis para o acento permanente no Conselho de Segurança, e desses, 26 votos foram oriundos de países africanos (SAMY, 2010).

No entanto, a postura ideológica da política externa chinesa se atenuou após 1978, ano em que se iniciam as modernizações econômicas lideradas por Deng Xiaoping, no país asiático. Ganhou maior destaque, no pós-1978, uma postura pragmática por parte da China, orientada no sentido de perseguir seus objetivos político-econômicos, dentro da lógica maior da estratégia de desenvolvimento. Como consequência, foram suprimidas as motivações ideológicas em favor de uma primazia pelo desenvolvimento nacional. Nas palavras de Kleine-Ahlbrandt e Small (2014):

Depois de 1978, Deng Xiaoping pôs a política chinesa em novas bases. A política de “reforma e abertura” subordinou os elementos revolucionários e anti-imperialistas da política externa da China à primazia do desenvolvimento econômico. Pequim suspendeu seu apoio para insurgentes maoístas no mundo, e sua abordagem geral da diplomacia tornou-se não ideológica (KLEINE-AHLBRANDT; SMALL, 2008, p. 40, tradução nossa)³.

² China supported African countries in their struggle for independence from the colonial powers and provided economic assistance to newly independent African countries, thus showing its opposition to colonialism and imperialism. The relationship was very much ideological as seen by China's refusal to support proSoviet countries after the Sino-Soviet split in the 1960s.

³ After 1978, Deng Xiaoping put Chinese policy on a new footing. His policy of “reform and opening” subordinated the revolutionary and anti-imperialist elements of China's foreign policy to the overriding imperative of economic development. Beijing suspended its support for Maoist insurgences throughout the world, and its general approach to diplomacy became nonideological.

Consequentemente, uma vez alteradas as bases da relação sino-africana predominantes no pré-1978, fundamentadas, vale lembrar, na aproximação ideológica, apoio político mútuo e uma marcada retórica anti-imperialista, alteraram-se igualmente as relações entre o país asiático e o continente. A partir de 1978, portanto, liderada por Deng Xiaoping, a China, focada em seu próprio desenvolvimento de longo prazo e com menos motivações políticas que justificavam grandes dispêndios diplomáticos e ajudas externas, deixou de perceber a África como uma peça chave em sua estratégia de política externa (OLIVEIRA; VISENTINI, 2012).

Contudo, o final da década de 1980 marcou um momento de inflexão nas relações exteriores da China, e especificamente nas relações sino-africanas, devido à uma convergência de fatores políticos e econômicos. Politicamente, a principal causa da mudança pode ser identificada no incidente da Praça Tiananmen. Economicamente, teve-se no crescimento chinês a causa da busca de novas parcerias e o desenvolvimento de relações mais próximas com a África (RYSZYK, 2010). Entretanto, nessa nova aproximação com o continente africano, o caráter ideológico da revolução não era presente na atuação chinesa.

Em junho de 1989, o governo chinês reprimiu, com suas forças de segurança, um protesto na Praça Tiananmen, realizado por cidadãos chineses que se manifestavam a favor de maiores liberdades individuais, transparência e contrários à corrupção no Estado. O ocorrido causou indignação dos países do sistema internacional, sobretudo os ocidentais, que prontamente acusaram a China de desrespeito aos direitos humanos e liberdade de expressão. Como consequência, os líderes chineses testemunharam um movimento de isolamento da China, inclusive com a estipulação de restrições contra o país asiático (TULL, 2006).

Como forma de evitar o isolamento internacional, que resultaria em consequências políticas graves em um contexto de fim da Guerra Fria e, naquele momento, de hegemonia norte-americana, a China voltou-se para países em desenvolvimento, em busca de apoio. O país asiático concentrou-se sobretudo na África, dada a grande quantidade de países que possui a região, o que lhe garantiu apoio de uma grande base em votações nos organismos internacionais. No continente africano, encontrou líderes igualmente descontentes com as políticas ocidentais impositivas, interpretadas por muitos como ações imperialistas disfarçadas com o

verniz do liberalismo. Dada a disposição dos líderes africanos a negociar uma relação alternativa e igualitária, fugindo do caráter paternalista das relações com os europeus, houve a aproximação com a China, assim como corroborado por Tull:

Os países em desenvolvimento foram efetivamente elevados a “pilares” da política externa chinesa em um esforço de construir coalizões para proteger Pequim das críticas ocidentais. Dado o peso numérico nas organizações internacionais, os países africanos desempenharam um papel importante na estratégia chinesa. Uma vez que muitos líderes africanos estavam sob crescente pressão interna e externa para liberalizar seus sistemas políticos, eles estavam mais do que dispostos para concordar com as afirmações chinesas de que a cobrança ocidental por democracia e respeito aos direitos humanos equivaliam a manobras imperialistas disfarçadas com o intuito de interferir na política doméstica dos países em desenvolvimento, e minar sua estabilidade e progresso em geral (TULL, 2006, p.461, tradução nossa).⁴

Ainda sobre o âmbito político, Tull (2006) aponta a aproximação do gigante asiático com a África como uma estratégia geopolítica de disputa por área de influência com os EUA, no qual o objetivo chinês foi aproximar-se dos países africanos para contrabalancear o avanço norte-americano. Abrandar a influência estadunidense, permitiu à China evitar o avanço do país americano e garantir a segurança de Pequim e dar continuidade ao processo de desenvolvimento nacional.

Para compreender o âmbito econômico da aproximação chinesa da África, é necessário relembrar que a China completava uma década de reformas, desde o início das modernizações econômicas de Deng Xiaoping, iniciadas em 1978. Em uma década, grandes transformações haviam ocorrido no parque industrial chinês, através de investimento estatal e privado. O crescimento econômico acelerado, conseqüentemente elevou a demanda da China por matérias-primas, sobretudo o petróleo, do qual passou de importante exportador em décadas anteriores, para importador em 1993. Naturalmente, a busca por novos mercados consumidores também era, e é, um objetivo dos líderes cujo Estado pretende manter sua pujança econômica (ALVES, 2010). Dessa forma, e sendo a África reconhecidamente um

⁴ Developing countries were effectively elevated to a ‘cornerstone’ of Chinese foreign policy in an effort to build coalitions to shield Beijing from Western criticism. Given their numerical weight in international organisations, African states played an important role in the Chinese stratagem. Since many African leaders werethemselves at the time under growing domestic and external pressure to liberalise their political systems, they were more than willing to go along with China’s claims that Western demands for democracy and the respect for human rights amounted to thinly veiled imperialistic manoeuvres intente on interfering in the domestic politics of developing states, and undermining their stability and progress at large.

território vasto em matéria-prima – com significativa produção de petróleo e diamante, por exemplo –, a China identificou nos países africanos a possibilidade de estreitar seus laços diplomáticos, garantindo o fornecimento de produtos primários para o seguimento de sua política de desenvolvimento.

A relação sino-africana, renovada no fim da década de 1980 com a reaproximação do gigante asiático do continente, foi marcada pelo pragmatismo, como é possível evidenciar com o exposto até aqui. Herança dos já mencionados cinco princípios de Zhou Enlai, a China estabeleceu relações em patamar de igualdade com os líderes africanos. Para ilustrar a influência de Zhou Enlai na política externa recente dos chineses, pode-se analisar o documento intitulado *China's African Policy* (2006), que apresentou os objetivos e intenções dos chineses para com a África dispostos em seis pontos principais, com referências claras aos cinco princípios de 1953. Vale destacar que o documento também apresenta a intenção de formulação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o mais importante fórum multilateral de discussão na relação sino-africana (XAVIER, 2011).

Como já fora dito anteriormente, os líderes chineses interessaram-se pela relação com o continente africano no início da década de 1990 muito em função da necessidade de garantir abastecimento de matérias primas, que era indispensável ao desenvolvimento industrial. Um importante produto da pauta de exportação da África, como será tratado no decorrer do trabalho, é o petróleo. No ano de 1993, a China passou a importar o hidrocarboneto em grandes quantidades, uma vez que sua necessidade interna de consumo extrapolava a quantidade de produção do país. É nesse período também, e que se estende até a década seguinte, que houve um aprofundamento da relação e aproximação entre os países, evidenciando o fato de que a estratégia externa da China estava fortemente atrelada às necessidades internas de abastecimento.

Pelo lado africano, a aproximação chinesa foi considerada interessante para os interesses estatais pois significou a abertura de um novo mercado aos seus produtos. Ter a China como parceira, contribuiu para a redução da dependência dos mercados europeus e norte-americanos. Outra característica importante da atuação chinesa, contribuindo para uma melhora nas relações entre os países, e até mesmo na redução da desconfiança dos africanos para com os chineses, foi o fato da China conceder

ajudas financeiras. Essas ajudas foram oferecidas em forma de empréstimos, financiamentos e frequentemente atreladas com concessões africanas a empresas chinesas. Esse comportamento chinês é muito diferente das concessões creditais oferecidas pelo ocidente, que apenas são entregues sob acordos de reformas macroeconômicas nos países. Por esse motivo, recebeu informalmente o nome de “Consenso de Pequim”, para dar a ideia de oposição ao Consenso de Washington (ALVES, 2010).

A contextualização e descrição dos acontecimentos é de suma importância à compreensão do processo, mas faz-se necessário o entendimento de conceitos teóricos que justifiquem a motivação, por parte dos Estados, de adotar um certo comportamento. Para tanto, com o objetivo de aprofundar a análise e ir além de um relato histórico, utilizar-se-á as ferramentas teóricas fornecidas pelo realismo defensivo, que explicam o motivo dos países se atacarem ou se aliarem.

2.2 Realismo defensivo

Para a análise de um processo histórico, sempre há a utilização de uma determinada “lente teórica”, da qual o leitor se utiliza para compreender aspectos não óbvios do contexto. No presente trabalho, a “lente” escolhida e proposta pelo autor é a do realismo defensivo, o que permite a abordagem das ideias e conceitos de diversos teóricos da escola, originada com Kenneth Waltz.

Um dos pressupostos fundamentais da teoria do realismo defensivo, que foi herdado do realismo clássico, é a ideia de que as únicas unidades que atuam no âmbito internacional e que possuem relevância significativa são os Estados, desconsiderando a participação das empresas, organizações e demais entidades com atuação internacional como atores importantes. Esse pressuposto traz ao realismo como um todo, e conseqüentemente ao realismo defensivo, a característica de tratar os estados como “caixa-preta”, ou seja, não levando em consideração a orientação ideológica dos governos, ou qualquer condicionante político interno. A racionalidade e a busca pelo interesse nacional, também são pressupostos da teoria em questão (MEARSHEIMER, 2006).

A explicação dos realistas defensivos sobre a centralidade dos Estados no âmbito internacional reside no conceito de estrutura. Cunhada por Waltz (1979), a estrutura recebe atenção especial devido ao fato de o teórico defender que é ela que define, em grande medida, as ações das partes integrantes, constringendo os Estados ao limitar suas ações. Em sua obra, para defender tal centralidade da estrutura e sua ação, Waltz (1979) trabalha com a comparação entre duas estruturas distintas, a hierarquia e a anarquia. O autor aponta que no âmbito interno dos países o que se encontra é a hierarquia, na qual as unidades (indivíduos, empresas, organizações sociais, instituições etc.), assumem cada uma delas sua função dentro da estrutura política e social, existindo sempre uma entidade superior, o Estado, que com o monopólio do uso da força é capaz de intervir em todos os níveis. No âmbito externo, em contrapartida, a estrutura é anárquica. Isso permite dizer que não há um mediador no sistema internacional, não há uma entidade supranacional com monopólio do uso da força e que intervenha nas relações interestatais.

Outro conceito presente no realismo defensivo e que está diretamente relacionado com o conceito de estrutura, é o da autoajuda (*self-help*). Uma vez que as unidades, ou seja, os Estados, estão sujeitos a um ambiente anárquico, o objetivo supremo é a sobrevivência. Portanto, o que se observa é uma disputa interestatal por sobrevivência, onde cada Estado só poderia contar com suas próprias forças para se defender de inimigos externos. A cooperação, nesse caso, estaria muito dificultada, dado o fato de que a desconfiança entre as unidades é uma constante, pois os Estados jamais estarão seguros a respeito das intenções das outras partes (WALTZ, 1979).

Portanto, para os realistas defensivos, o Estado está sujeito à uma estrutura anárquica, na qual não há qualquer poder supraestatal que possa intervir internacionalmente, fazendo com que os países possam apenas contar com seus próprios recursos para garantir sua sobrevivência. No entanto, o que deveria o Estado ter para garantir sua segurança? A resposta dos realistas é poder. Diferentemente de Morgenthau (2003), importante realista clássico, que justificou a busca de poder por parte dos Estados como sendo resultado da manifestação da natureza humana, os realistas estruturais veem na estrutura do sistema as causas do comportamento estatal, sendo o poder visto como essencial para a garantia da sobrevivência estatal.

Como resume Mearsheimer (2006), “realistas acreditam que poder é a moeda das relações internacionais”⁵.

Entretanto, o conceito de poder merece um aprofundamento e se faz necessário identificar o que é necessário que um Estado possua para que tenha poder, ou seja, quais os fatores que influenciam na quantidade de poder de um determinado país. Como apontado por Rochman (1999), a discussão sobre os fatores que fornecem poder a um Estado é antiga, e é possível encontrá-la em obras de Hobbes, um importante filósofo do século XVII, e também um dos influenciadores do pensamento realista. Posteriormente, os realistas se debruçaram sobre o tema, sendo o assunto estudado por diversos teóricos, como por exemplo, Morgenthau, Carr e Aron. Entretanto, por ser um tema subjetivo e que altera-se conforme o curso da história, o poder segue sendo objeto de estudo dos teóricos realistas, e atualmente o conceito mais aceito e trabalhado no realismo é o fornecido por Mearsheimer (2001), que divide o poder entre poder latente e o militar (efetivo).

Apesar de Mearsheimer ser considerado da escola do realismo ofensivo, sua conceituação de fatores de poder, que será utilizada no presente trabalho, não difere substancialmente da definição dada por realistas de outras escolas. O que o faz ser utilizado no presente trabalho, é o fato do teórico do realismo ofensivo sistematizar de forma mais clara os conceitos, permitindo uma maior compreensão dos próprios conceitos, e conseqüentemente melhor aplicá-los na análise da política chinesa.

Para Mearsheimer (2001), portanto, o poder militar diz respeito à quantidade de armamentos e soldados um Estado mantém normalmente, em tempos de estabilidade. O poder latente, por outro lado, diz respeito a questões socioeconômicas. Como exemplo dessa segunda forma de poder, tem-se o tamanho da população, uma vez que representa um número de pessoas que poderiam ser integradas ao exército em caso de confronto militar. A economia também é levada em consideração no poder latente, pois uma economia forte geraria recursos para o aumento das capacidades militares do país.

Em uma arena internacional anárquica, na qual os Estados possuem apenas suas próprias forças para buscar poder e, conseqüentemente, garantir sua segurança e sobrevivência, tem-se como resultado, naturalmente, a concorrência e a

⁵ Realists believe that power is the currency of international politics.

desconfiança mútua. A concorrência leva os Estados à disputa de riquezas, territórios, povos e armamentos, que se traduzem, em última análise, em poder, e esse, em sobrevivência de quem o detém. É necessária a compreensão de que essa dinâmica de poder, se caracteriza pelo fato de ser um jogo de soma zero, ou seja, poder é medido de forma relativa, o que permite afirmar que um aumento de poder em um Estado diminui o poder dos demais (WALTZ, 1979).

Dessa forma, ainda que uma das unidades do sistema anárquico testemunhe um acréscimo de poderio militar, ou de algum outro fator socioeconômico pertencente ao poderio latente, não se pode afirmar que essa unidade teve um acréscimo em seu poder frente aos demais Estados. Isso porque existe a possibilidade de que as demais partes também tenham tido acréscimos consideráveis, iguais ou superiores que o anterior.

Disso decorre, portanto, o conceito de dilema de segurança. Ora, se um país conquista poder, e isso representa necessariamente uma diminuição do poder dos demais, os Estados que tem seu poder diminuído sentem-se com sua segurança e sobrevivência ameaçadas. Isso os impele em busca de acréscimo de seu poder, com o intuito de aumentar suas capacidades necessárias à sua sobrevivência, por sentirem-se ameaçados. Como afirma Waltz:

Quando confrontados com a possibilidade de cooperação para ganhos mútuos, Estados que se sentem inseguros devem perguntar como o ganho será dividido. Eles são compelidos a perguntar não "Ambos ganharemos?" mas "Quem ganhará mais?". Se um ganho esperado ser dividido, digamos, na proporção de dois para um, um Estado pode usar seu ganho desproporcional para implementar uma política destinada a prejudicar ou destruir o outro Estado (WALTZ, 1979. pg. 105, tradução nossa)⁶.

Estando, portanto, os Estados sujeitos a um ambiente anárquico onde a luta por poder é seu meio de sobrevivência, e tal poder é limitado e distribuído entre as unidades que formam o sistema internacional, o realismo defensivo afirma que os países ficam atentos com o que os teóricos chamam de balança de poder. A balança de poder nada mais é que a distribuição de poder entre as potências em um dado

⁶ When faced with the possibility of cooperating for mutual gain, states that feel insecure must ask how the gain will be divided. They are compelled to ask not "Will both of us gain?" but "Who will gain more?" If an expected gain is to be divided, say, in the ratio of two to one, one state may use its disproportionate gain to implement a policy intended to damage or destroy the other.

momento histórico. Uma balança de poder desequilibrada não é desejada pelos países, pois representa um risco à sua sobrevivência (WALTZ, 1979).

De acordo com os objetivos dos países no sistema internacional e sua atuação na balança de poder, pode-se classificar os Estados em dois grupos: os que visam a manutenção da configuração de poder em um dado momento histórico, os defensores do *status quo*; e os que buscam a alteração da distribuição de forças, os Estados revisionistas. Porém, nesse ponto identifica-se influência do próprio dilema de segurança, pois ainda que existam tais definições de acordo com o interesse e ação internacional dos países, não há como os líderes saberem com exatidão as intenções dos demais, uma vez que especulação a respeito de intenções não são mensuráveis e estão frequentemente encobertas pela retórica (MEARSHEIMER, 2006).

Outro pressuposto do realismo defensivo – sendo esse conceito uma das principais diferenças teóricas entre o realismo defensivo e o ofensivo –, é o de que a busca por poder para alcançar a hegemonia do sistema, não é recomendável (WALTZ, 1979). Isso porque, uma vez existindo o mecanismo da balança de poder, caso surja um poder revisionista que busca alcançar a posição de domínio de todos os demais, isso necessariamente implicaria em ameaça à sobrevivência dos países que compõem o sistema internacional, devido ao dilema de segurança. Pois, existindo um Estado que atinja a posição de *hegemon*, esse Estado seria poderoso o suficiente para se defender de todos os demais, além de poder usar suas forças para subjugar todo o sistema. Portanto, se os Estados perceberem uma mudança no equilíbrio das forças, afirmam os realistas defensivos, ocorrerá uma aliança entre eles para frear o avanço do país revisionista. Como exemplifica Mearsheimer:

Realistas defensivos enfatizam que se algum Estado começa a se tornar muito poderoso, um equilíbrio ocorrerá. Especificamente, as outras grandes potências aumentarão suas capacidades militares e formarão uma coalizão de equilíbrio que deixará o aspirante à hegemonia menos seguro, e talvez até o destruam (MEARSHEIMER, 2006. pg. 75, tradução nossa)⁷.

Aplicando esse conceito de equilíbrio de poder à China, identifica-se um caso de conflito entre poderes do *status quo* e de um possível Estado revisionista, nesse

⁷ Defensive realists emphasize that if any state becomes too powerful, balancing will occur. Specifically, the other great powers will build up their militaries and form a balancing coalition that will leave the aspiring hegemon at least less secure, and maybe even destroy it.

caso o gigante asiático. A China, dado seu crescimento econômico – acréscimo de poder latente –, após as modernizações iniciadas no final da década de 1970, aumentou, ao menos na visão dos demais países do sistema, seu poderio. Naturalmente, as demais potências perceberam esse aumento de poder como uma ameaça à sua própria sobrevivência. Consequentemente, em 1989 a China foi isolada por uma coalizão ocidental, fazendo com que o país asiático, como já visto, buscasse na África novas parcerias.

Porém, o pressuposto de que a elevação do poderio de um determinado país levaria os demais a buscarem uma coalizão de contrapeso, é genérica. A realidade do sistema internacional é diversa, e existem diferenças importantes de tamanho, poderio e riqueza entre os países, permitindo a coexistência de grandes superpotências e pequenos Estados com pequenos exércitos. Essas diferenças levam a diferenças na compreensão da realidade internacional, fazendo com que alguns Estados identifiquem a ascensão de um país revisionista não como uma ameaça, mas como uma possibilidade de alinhamento benéfico.

Dessa forma, buscando garantir sua sobrevivência, os Estados ficam atentos a possíveis mudanças, ainda que sensíveis, na balança de poder. Sendo entidades racionais, escolhem entre duas opções – naturalmente optando pela que potencialize suas próprias forças –, em caso de algum Estado estar desequilibrando a balança de poder. As opções apresentadas por Waltz (1979), são a formação de alianças e o *bandwagoning*.

As alianças, já mencionadas anteriormente, são as coalizões formadas com o intuito de frear a ascensão de um poder revisionista. São, portanto, coalizões de países que se veem ameaçados pelo acúmulo de poder registrado por um terceiro. *Bandwagoning*, por outro lado, é caracterizado por um alinhamento pragmático com a alguma grande potência, com o intuito de aproveitar da esfera de poder criado por essa potência. Geralmente é praticado por Estados com poderio limitado, que buscam em alianças externas o poder que necessitam para sua segurança (WALTZ, 1979).

Os realistas defensivos identificaram no dilema de segurança a causa de todos os conflitos no sistema. Enquanto o aumento das capacidades materiais de um Estado significar ameaça aos demais, uma vez que esse acréscimo em seu poderio pode ser utilizado para o ataque aos outros países, haverá desconfiança e riscos de conflitos e

formações de coalizões estabilizadoras. Por conta disso, importantes teóricos da escola realista defensiva se debruçaram sobre o tema do *offense-defense balance* (MEARSHEIMER, 2006).

Jervis (1978) dedicou-se ao tema e buscou identificar o impacto na segurança dos Estados e na confiabilidade mútua dos mesmos, caso houvessem diferentes situações de vantagens defensivas ou ofensivas em um hipotético ataque. O autor trabalhou ainda com a questão da possível diferenciação entre armamentos usados para ataque e armamentos usados para defesa, suas implicações estruturais e sua relação com a variável da supremacia de uma das forças. Naturalmente, como identificado por Jervis, essa característica estrutural constrange as ações dos Estados. Em um contexto, por exemplo, de benefício ao poder ofensivo e diferenciação entre defesa e ataque, é provável que os Estados prefiram gastar seus recursos com armamentos utilizados para atacar, e ataquem como forma de preservar sua segurança. Jervis, propôs a questão dessa forma:

Duas questões do *offense-defense balance* podem ser separadas. Primeiro, o Estado tem de gastar mais ou menos que um dólar em forças defensivas para compensar cada dólar gasto pelo outro lado em forças que poderiam ser usadas para o ataque? Se o Estado tem um dólar para gastar no aumento de sua segurança, deve gastá-lo com forças defensivas ou ofensivas? Segundo, com um determinado inventário de forças, é melhor atacar ou defender? Há um incentivo para atacar primeiro ou para absorver o golpe do outro? (JERVIS, 1978. pg. 137, tradução nossa)⁸.

Como resposta à essas perguntas elaboradas por Jervis, e corroborando com o que foi afirmado anteriormente sobre o hipotético caso de superioridade das forças ofensivas em um dado momento histórico, o próprio autor completa:

Esses dois aspectos estão geralmente ligados: se cada dólar gasto em ataque pode superar cada dólar gasto em defesa, e se ambos os lados tem o mesmo orçamento, é provável que ambos aumentarão suas forças ofensivas e acharão atrativo atacar em vez de esperar pelo ataque do adversário (JERVIS, 1978. pg. 137, tradução nossa)⁹.

⁸ Two questions of the offense–defense balance can be separated. First, does the state have to spend more or less than one dollar on defensive forces to offset each dollar spent by the other side on forces that could be used to attack? If the state has one dollar to spend on increasing its security, should it put it into offensive or defensive forces? Second, with a given inventory of forces, is it better to attack or to defend? Is there an incentive to strike first or to absorb the other’s blow?

⁹ These two aspects are often linked: if each dollar spent on offense can overcome each dollar spent on defense, and if both sides have the same defense budgets, then both are likely to build offensive forces and find it attractive to attack rather than to wait for the adversary to strike.

Na visão de Evera (1998), no que diz respeito à relação *offense-defense balance*, o dilema de segurança possui uma íntima relação com as causas da guerra, havendo a percepção de insegurança na relação entre os países quando existir vantagens para o poder ofensivo. Isso porque, segundo o autor, um sistema que oferece vantagens ao poder ofensivo, estimula os estados a buscarem o ataque, e, em caso de se sentirem ameaçados por um poder conquistador, buscam atacar inclusive como forma de prevenção. Evera (1998) aponta, ainda, que o problema do dilema de segurança pode ser oriundo de uma concreta vantagem do poder ofensivo, ou seja, verificável no mundo material, ou simplesmente uma percepção dos líderes estatais de que o ataque possui vantagem. Para o autor, não importa se real ou imaginária, a vantagem do poder ofensivo cria o dilema de segurança.

Baseados nos argumentos desenvolvidos sob o aspecto do *offense-defense balance*, Glaser (1994-1995) deu contribuições a respeito de sinais que Estados poderiam enviar a seus adversários para demonstrarem suas intenções benignas e amenizarem ou acabarem com o dilema de segurança. Esses sinais, segundo o autor, permitiriam que os demais Estados percebessem suas intenções e proporcionariam um terreno fértil à cooperação. A análise desses sinais que um Estado pode enviar aos outros para provar suas intenções benignas, e que podem aparecer através de diminuição unilateral de seu armamento, propostas de acordos sobre controle de armas e investimento apenas em armamento defensivo, é de grande importância ao trabalho para que se possa melhor avaliar a aproximação da China à Angola.

Utilizando-se das ferramentas propostas por Glaser, será possível uma análise mais completa dos reais interesses chineses e uma possível ameaça à segurança angolana. O documento *China's African policy* (2006), apresentado por autoridades chinesas às autoridades africanas como sendo o guia que contém as diretrizes do tratamento chinês à África, é um bom exemplo de declaração unilateral que pode ser abordado conforme as ferramentas de Glaser.

2.3 Conceito de Grande estratégia

Como visto no subcapítulo anterior, o realismo defensivo será a base teórica do presente trabalho, para a avaliação e compreensão da política internacional e todos os fatores que a envolvem. Em posse dos conceitos básicos apresentados pelos realistas, se pretende avaliar os jogos de poder, as limitações e constrangimentos dos Estados, com o objetivo de compreender – e até mesmo prever –, ações estatais em um determinado momento histórico, sujeitas à determinados fatores.

Entretanto, ainda que a teoria realista defensiva seja capaz de, através de sua visão estrutural do sistema internacional, identificar os constrangimentos aos quais os Estados estão sujeitos e apontar possíveis posicionamentos estratégicos, a teoria não pretende e nem é capaz de defini-los, dada a complexidade do sistema internacional. Portanto, buscando identificar a estratégia por detrás do posicionamento chinês, o presente trabalho utilizará o conceito de grande estratégia, que está diretamente ligado ao conceito realista que identifica os Estados como unidades dotadas de racionalidade. Dessa forma, o conceito de grande estratégia complementa a teoria realista, uma vez que permite identificar de que forma que a China se projeta internacionalmente, e a maneira como lida com os constrangimentos sistêmicos.

Portanto, é imperativo que se defina o conceito. A grande estratégia pode ser compreendida como a estratégia que organiza recursos, ferramentas, e posicionamentos, para utilizá-los na busca por objetivos estatais. Ou, nas palavras de Porter:

Grande Estratégia é o gerenciamento de uma série de relações entre meios e fins em muitos níveis, um esforço elusivo de ligar essas coisas díspares. Estratégia é, portanto, diferente de política (o resultado desejado) e das operações (o exercício ou uso de ferramentas ou relação entre formas e meios, tal como a condução de campanhas militares). É melhor concebida não como um ator ou “coisa” identificável, mas como a ponte que funde ou relaciona eles todos juntos (PORTER, 2013, pg. 5, tradução nossa)¹⁰

Dessa forma, objetivando um determinado fim, os Estados organizam seus recursos para alcança-lo, sujeitando todas as suas políticas – das mais variadas espécies –, ao resultado desejado. Com o caso chinês não é diferente, e para uma

¹⁰ Grand strategy is the management of a chain of relationships among means and ends on many levels, an elusive effort to link these disparate things together. Strategy is thus distinct from both policy (the desired outcome) and operations (the exercise or use of the tools or the relationship between ways and means, such as the conduct of military campaigns). It is best conceived not as an identifiable actor or “thing,” but as the bridge that fuses or relates them all together.

correta leitura da estratégia levada à cabo durante o período analisado pelo presente trabalho, faz-se necessária a compreensão dos fatores que influenciaram a sua criação, o que força a análise das décadas anteriores à 1989.

Tradicionalmente, segundo Swain (2000), a estratégia de segurança chinesa apresenta cinco características, presentes na política nacional há mais de um milênio: defesa do *heartland* chinês, através da defesa da fronteira e controle sob os Estados periféricos; maior ou menor intensidade no controle da periferia, variando de acordo com as capacidades do Estado chinês; o uso constante, embora limitado, do uso da força, sempre baseado em cálculos pragmáticos; a dependência de negociações e formas não coercitivas de controlar a periferia, necessária em momentos de enfraquecimento do poder da China; suscetibilidade à influência de políticas domésticas, de lideranças nacionais, sobre temas como a autonomia e o uso da força.

Servindo como pano de fundo da política estratégica chinesa, tais características apresentam o padrão histórico de atuação do país asiático. Entretanto, na primeira metade do século XX, com o desenvolvimento do processo da globalização e o inevitável acréscimo na vulnerabilidade externa, além do conseqüente aumento de importância de temas como o bem-estar social e o desenvolvimento industrial, surgiram na China políticas identificadas como sendo de um *weak-strong state* (Estado fraco-forte), em substituição às políticas de *strong-state* (Estado forte). Políticas de um *weak-strong state*, são definidas como uma mescla de posturas mais firmes, menos diplomáticas e demonstrações de forças mais incisivas (*strong state*), com posturas mais brandas quanto ao uso da força – em uma hipotética disputa territorial, por exemplo –, e um tendência maior para resoluções diplomáticas e diálogo interestatal (*weak state*) (SWAIN, 2000).

No entanto, após o fracasso da Revolução Cultural e do Grande Salto Adiante, os sucessores de Mao Zedong, liderados por Deng Xiaoping, iniciaram uma série de reformas políticas e econômicas do Estado chinês na década de 1970, diminuindo significativamente o aspecto ideológico, e empregando uma importante dose de pragmatismo (SHU, 2005). Naturalmente, a estratégia de segurança também foi influenciada pela mudança nos rumos da condução do Estado chinês. A estratégia assumiu um formato mais pragmático – possibilitando a aproximação com os EUA, por exemplo –, foi submetida aos objetivos econômicos internos, e, apesar de evitar o

uso da força contra outros agentes estatais, previa a modernização das forças armadas. Dessa forma, houve a mudança do *weak-strong state* para uma estratégia “calculista”. Nas palavras de Swain:

[...] a noção de estratégia “calculada” é definida em termos *subjetivos* como uma abordagem pragmática que enfatiza a primazia do crescimento econômico interno e a estabilidade, nutrindo relações internacionais amigáveis, a restrição relativa no uso da força combinado com aumento nos esforços para criar um exército mais moderno, e a contínua busca por ganhos internacionais assimétricos (SWAIN, 2000, p.97-98, tradução nossa).¹¹

Portanto, buscando sua sobrevivência no plano internacional (como afirmado na teoria realista), a estratégia calculista do governo chinês pôs como central o crescimento econômico do país, o que permitiu que o gigante asiático aproveitasse de forma mais consistente seu poderio latente. Ainda segundo Swain (2000), a centralidade da questão econômica se justifica pelo fato da conexão que todas as demais áreas de atuação estatal possuem com a economia. A própria legitimidade do governo chinês depende da manutenção do bem-estar de sua população, apenas possível com bons resultados econômicos.

Na prática, o já citado processo de modernizações econômicas, iniciado por Deng Xiaoping, conhecido como as “Quatro modernizações”, foi a política que levou a questão econômica ao centro do debate. Correspondendo a processos reformadores de quatro esferas da atuação estatal: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e capacidades militares, as reformas previram centralidade nas áreas mais sensíveis da economia (agricultura, indústria e ciência e tecnologia), sob as quais se baseia toda a estrutura econômica, e nas forças militares, identificadas pela teoria realista como as manifestações materiais das capacidades de coerção e defesa de um país (SHU, 2005).

Evidenciada a centralidade da pauta econômica na grande estratégia chinesa, compreende-se a estratégia “calculista” e seu cunho pragmático, que tem como objetivo, garantir um ambiente propício ao crescimento chinês. Shu (2005) aponta que o objetivo da política externa (subjugada aos objetivos da grande estratégia) durante

¹¹ [...] the notion of “calculative” strategy is defined in *substantive* terms as a pragmatic approach that emphasizes the primacy of internal economic growth and stability, the nurturing of amicable international relations, the relative restraint in the use of force combined with increasing efforts to create a more modern military, and the continued search for asymmetric gains internationally.

os primeiros anos após o início do processo de modernizações foi justamente garantir um ambiente externo favorável ao desenvolvimento da China, além de estreitar as relações com os EUA, estabelecendo a relação baseada no pragmatismo.

O contexto internacional bipolar contribuiu para o desenvolvimento da grande estratégia chinesa, pois existiam espaços para margem de manobra e ações não ideológicas em relação tanto aos EUA, quanto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A partir de uma abordagem pragmática, a China reaproximou-se do país norte-americano e normalizou as relações com seu vizinho soviético, promovendo uma diminuição no risco de sua própria segurança na arena internacional. Isso, devido ao fato de os chineses serem peça importante em ambos os planos de contenção de influência do adversário (SWAIN, 2000). Esse cenário propício às modernizações se altera em 1989, ano do incidente na praça Tiananmen, momento em que a China é isolada na política internacional, coincidentemente em um contexto de fim da Guerra Fria e queda da URSS. Como consequência, após 1989, a relação China - África retoma importância na política externa chinesa, devido às necessidades políticas e econômicas do gigante asiático, que encontrou contrapartes no continente africano.

Portanto, estando sujeita à anarquia do sistema internacional e sendo responsável pela sua segurança, a China desenvolveu nas décadas recentes um plano estratégico no qual organizou seus recursos para atingir o objetivo fim de todos os países, que é a sobrevivência. Para tanto, administrou seus recursos para potencializar sua economia, subjugando sua política externa a esse fim, objetivando a construção de um ambiente internacional favorável ao seu crescimento. O caráter pragmático da postura externa chinesa almejava justamente aproximar-se de todos os países, independente do sistema político. As motivações pontuais podiam ser das mais variadas: apoio para votações em fóruns internacionais, negociação de fornecimento de matéria-prima ou alianças militares, mas o objetivo final era o aumento controlado de poder e a garantia da sobrevivência.

3 CONTEXTO HISTÓRICO RECENTE DA ANGOLA

No capítulo anterior, foram apresentadas as “ferramentas” de análise que utilizar-se-á para compreendermos as relações sino-angolanas (realismo defensivo e o conceito de Grande Estratégia), além do histórico de relações chinesas com o continente africano. No presente capítulo, o objetivo é elucidar ao leitor o contexto histórico da Angola, tratando do período da luta pela independência no primeiro subcapítulo, guerra civil e pós guerra no segundo, além de dedicar o terceiro subcapítulo ao histórico de relações Pequim-Luanda.

O primeiro subcapítulo tratará, como já mencionado, do período da luta pela independência na Angola, encerrada com a proclamação de um governo autônomo em novembro de 1975, apresentando os constrangimentos estruturais da luta, os atores relevantes e influências externas da disputa. Esse período não corresponde ao recorte 1989-2013 ao qual o presente trabalho se dedica, mas será tratado aqui por conta da importância histórica que projeta sobre a compreensão do período temporal da virada do milênio, que foi escolhido como objeto de análise.

No segundo subcapítulo, o tópico abordado será a guerra civil angolana, que durou de 1975 até o ano de 2002, além do período imediatamente seguinte à guerra civil. A análise desses dois períodos carrega uma importância justificável pelos mesmos argumentos do subcapítulo que tratará da luta pela independência, pois possui impacto na política angolana, tanto interna como externamente, com um argumento a mais a seu favor, pois abrange o recorte temporal proposto no trabalho.

Para finalizar, o terceiro e último subcapítulo tratará do histórico das relações sino-angolanas, com um apanhado dos principais fatos e inflexões dos períodos históricos abordados pelos subcapítulos anteriores. A partir dessa abordagem, se concretizará uma compreensão de como se desenvolveram as relações entre os dois países ao longo dos anos, diferentemente do presente na seção destinado à relação histórica da China com a África – apesar de intimamente ligada –, presente no capítulo anterior.

Com essas subdivisões, acredita-se que o contexto histórico será apresentado da maneira correta, pois ao longo dos dois primeiros subcapítulos a ótica será focada totalmente na política interna da Angola, suas inflexões e consequências históricas.

No terceiro subcapítulo, a relação China - Angola receberá atenção, sendo deixada por última justamente por ser constrangida pelos fatos históricos presentes e descritos nas seções anteriores.

Mapa 1 - Mapa político de Angola



Fonte: Hörung (2015)

3.1 Luta pela independência da Angola

O cenário internacional pós-Segunda Guerra Mundial, na segunda metade do século XX, testemunhou a consolidação do embate entre o sistema capitalista e o sistema comunista, representados, respectivamente, pelos EUA e URSS. As potências coloniais europeias e seus impérios ultramarinos, por sua vez, encontravam-se desgastadas e abaladas pelos efeitos da guerra, necessitando concentrar esforços em reconstruir suas cidades e infraestrutura de produção, resultando em perda de poder relativo quando comparadas às duas potências que foram protagonistas do sistema internacional à época.

Cientes da nova configuração de forças que lhes conferia ganhos na balança do poder global, EUA e URSS assumiram os papéis de líderes, cada qual em um lado do tabuleiro, estabelecendo-se como centros gravitacionais de dois lados que se opunham, configurando o embate Leste-Oeste da Guerra Fria. Tal embate perdurou do pós-Segunda Guerra Mundial até meados do ano de 1989, com a queda do muro de Berlim, que simbolicamente decretou a derrocada do poderio soviético. No entanto, enquanto persistiu, a dinâmica bipolar do sistema internacional projetou influência sobre os demais movimentos políticos ocorridos durante o período, sendo de maneira direta ou indireta (HOBSBAWM, 1995).

Essa perspectiva global é de fundamental importância para compreendermos o momento em que os movimentos de libertação nacional ganharam força, encontrando fatores fundamentais que possibilitaram seu desenvolvimento, como o já citado fato de as potências europeias entrarem na segunda metade do século XX abaladas pela Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Silva:

O fim da Segunda Guerra trouxe o refluxo da capacidade administrativa dos antigos impérios coloniais europeus, o que veio ao encontro do recrudescimento dos nacionalismos africanos propiciando um grande salto em seus processos de independência (SILVA, 2016. pg. 158).

Não obstante, realizou-se em 1955 a Conferência de Bandung, que reuniu líderes asiáticos e africanos, com o intuito de debater possibilidades políticas às questões postas pelo colonialismo e estabelecer um laço de solidariedade entre os países que possuíam a exploração colonial como um denominador comum na sua história. Nesse encontro, pôde-se encontrar as bases do que posteriormente seria institucionalizado como o Movimento dos Não-Alinhados, que, resumidamente,

caracterizam-se como um grupo de países que não se veem alinhados automaticamente com qualquer bloco político-ideológico hegemônico existente – à época fazendo referência aos blocos comunista e capitalista (AGOSTINHO, 2011). Com o intuito de organizar os países das respectivas regiões em ações coordenadas, a fim de apoiarem-se e buscarem alternativas aos alinhamentos automáticos impostos pela lógica bipolar, havia um claro incentivo aos movimentos independentistas através de ajuda direta, e de uma busca por atuação conjunta nos fóruns multilaterais. Um bom exemplo, foi a pressão exercida para o cumprimento do artigo 73º da carta da ONU, sobretudo o inciso b), que determina:

b) desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento (ONU, 1945. pg. 44).

É nesse contexto de Guerra Fria, diminuição do poder relativo das potências europeias e ascensão, no terceiro mundo, dos movimentos de libertação dos povos sob jugo do colonialismo, que ganham impulso os movimentos independentistas também na Angola. Apesar de já terem existido, ainda na primeira metade do século XX, células sociais que veiculavam ideias contra a colônia portuguesa e em prol de um governo autônomo na Angola, foram nas décadas de 50 e 60 que houve a confluência de fatores para a institucionalização da luta independentista (XAVIER, 2011). No entanto, refletindo a complexidade da sociedade angolana, que testemunha a coexistência de diferentes etnias e diversas bases ideológicas, o ímpeto independentista não foi unificado, dividindo-se em três grupos principais: o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA); a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

Dos três grupos independentistas supracitados, que protagonizaram a luta pela autonomia da Angola, o MPLA é o mais antigo, sendo criado em 10 de novembro de 1956, conforme a versão oficial do partido. O movimento surgiu como um produto da junção do Partido da Luta Armada Unida (PLUA) com outros militantes do Partido Comunista Angolano (PCA). Os principais líderes do movimento nesse primeiro momento foram Mário Pinto de Andrade, Viriato Cruz e Agostinho Neto (HERNANDEZ, 2008). Com forte influência de populações que viviam em zonas urbanas, o MPLA

ganhou adeptos entre grupos de operários de Luanda e de outras cidades expoentes ao sul, como Benguela e Huambo. No que tange às influências ideológicas, o MPLA possuía orientação marxista, muito em função da formação intelectual de seus líderes, característica que posteriormente contribuiria com a formação das alianças, sobretudo externas. Diferentemente do seu principal oponente à época da década de 1960, o FNLA, o MPLA não dava tanto enfoque à questão racial, fazendo com que sua base fosse formada por brancos, mestiços e negros. De acordo com Silva, a questão da variedade étnica nas bases do MPLA foi um determinante na centralidade do discurso marxista do partido:

[...] o componente racial também teria influenciado no posicionamento de esquerda do MPLA. O fato de ser um movimento composto majoritariamente por mulatos contribuía para que os líderes do MPLA favorecessem a ótica marxista, uma vez que esta ideologia privilegiava o conflito de classes e não o conflito racial (SILVA, 2008. pg. 147).

Seguindo em linha cronológica, o segundo movimento independentista a surgir foi a FNLA, em 1962, fruto de uma união entre a União das Populações da Angola (UPA) com o Partido Democrático de Angola (PDA) (XAVIER, 2011). O líder da UPA, Holden Roberto, liderou também a FNLA, com base em Leopoldville, capital do então Congo Belga. Fortemente centrada na figura de Roberto, a FNLA tinha caráter anticomunista, era contra brancos e portugueses, e herdou da UPA um caráter tribal e intimamente ligada à etnia *Bakongo*. Inicialmente, a UPA militava pela restauração do “reino” do Congo, que outrora havia existido na região norte de Angola, justamente em território de maioria *Bakongo*. Apesar de, posteriormente, expandir seus anseios de independência para todo o território angolano, essas características iniciais geraram um problema para o movimento de Holden Roberto, forçando-o a buscar apoio no estrangeiro, pois segundo Silva:

Apesar do esforço em dar representação nacional à UPA, e posteriormente à FNLA, a matriz tribal sempre acompanhou o movimento de Holden Roberto. Por um lado, a acusação de representar a um grupo tribal, e não a todos os povos de Angola, dificultava a expansão do apoio ao movimento no interior de Angola para além da região norte. Por outro lado, o fato de ter sido o primeiro movimento a se autodenominar o representante do nacionalismo angolano e o forte apoio das autoridades congolenses permitiram que Roberto obtivesse projeção internacional e canalização de recursos financeiros para sua causa (SILVA, 2008. pg. 144).

O último dos três principais grupos independentistas a ser criado, foi a UNITA, em 1964. O criador do movimento – e também o seu líder –, foi Jonas Savimbi, que não só integrou a FNLA, mas chegou a ocupar o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo da República da Angola no Exílio (GRAE), uma iniciativa dos líderes da FNLA e sediada em Leopoldville. A UNITA atuava sobretudo na região sul da Angola, com apoio entre as etnias Ngangela, Chokwe e Ovimbundu, e declarava-se maoísta, apesar de anticomunista (XAVIER, 2011). Esse caráter volátil da linha ideológica a ser seguida é perceptiva nas ações da UNITA ao longo do embate independentista, que priorizava o pragmatismo imediato, evidenciado pelas associações à países de diferentes correntes de pensamento (SILVA, 2008).

Não obstante, outro ator diretamente envolvido no conflito era a metrópole portuguesa, que mantinha o território angolano sob jugo do colonialismo. No período de 1933 até 1974, concomitante à época em que se formaram os grupos independentistas e iniciaram as lutas de libertação de Angola, Portugal testemunhou o “Salazarismo”, um movimento ultranacionalista de extrema direita, que teve como bases de sustentação a Igreja Católica e o Exército (MENDONÇA, 2018). Esse período herdou esse título de seu maior expoente, Antônio de Oliveira Salazar, um ditador totalitário que cultivava por Mussolini uma grande admiração, e que ascendeu ao cargo que ocupava na esteira do processo histórico de crise política e econômica pós-Primeira Guerra Mundial, similar ao que ocorreu na Itália e na Alemanha. Salazar governou de 1933 a 1968, sendo sucedido por Marcello Caetano, que governou de 1968 a 1974. Salazar não apenas teve influência a respeito do título que o período recebeu, mas também imprimiu seus ideais no movimento ultranacionalista português, dando o tom das características que nortearam esse período governamental, que inclui o seu próprio governo e de seu sucessor. Mendonça ressalta esses pontos, da seguinte forma:

No regime fascista português (1932-1974), Antônio de Oliveira Salazar, presidente do conselho de ministros (e cargo de maior importância no *establishment* lusitano), era reconhecido por ser um intelectual crítico aos regimes que “desestabilizariam” um Estado realmente forte. Ele era contra o comunismo pelo seu caráter “subversivo” e também contra a democracia liberal que teria trazido os problemas de ordem econômica, especialmente no período em que era Ministro das finanças, entre 1928 e 1932 (MENDONÇA, 2018. pg.299-300).

Com característica profundamente integralista, e partindo de uma visão de metrópole intercontinental, o governo português não era simpatizante do movimento que surgiu a partir da segunda metade da década de 1950, no qual as alianças anticolonialistas foram se cristalizando ao redor do globo, sobretudo no terceiro mundo. Tais grupos aumentaram as capacidades de promover revoltas, exercer pressão política sobre metrópoles e organismos internacionais, culminando em independência de alguns países, tal como a Gana, em 1957. A já citada Conferência de Bandung, em 1955, é um marco histórico desse movimento. No entanto, Lisboa era irredutível em seu posicionamento, fazendo o possível para manter a ideia de Estado forte (FEIJÓ, 2011).

Em 1959, houve, através da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), uma perseguição portuguesa aos líderes do MPLA, que representavam o movimento político independentista mais atuante na região de Luanda, prendendo dezenas de pessoas ligadas ao grupo independentista. A revolta não obteve resultados práticos, mas significava um reconhecimento tácito, por parte de Portugal, da existência de um movimento organizado (XAVIER, 2011). Em 1960, na região de Baixa do Cassanje, eclodiu uma revolta de trabalhadores descontentes com o regime de trabalho imposto pela metrópole, que ficou conhecida por “guerra de Maria”, e teve inspiração na independência do Congo-Leopoldville. No entanto, nessa fase inicial de movimentação, com manifestações dispersas, a capacidade de contenção das revoltas, por parte de Portugal, ainda era o suficiente. A “guerra de Maria” foi reprimida:

Nos primeiros dias de fevereiro o governo deu início a uma “repressão exemplar” esmagando a rebelião com tropas especiais e bombas incendiárias (napalm), que deixaram centenas de mortos e aldeias arrasadas. Em direção à fronteira fugiram não apenas indivíduos isolados, mas aldeias inteiras a fim de evitar os bombardeamentos, a perseguição e a punição do exército colonial. Na perspectiva oficial a missão das Forças Armadas em Angola consistia em “limpar rapidamente todas as zonas infestadas por ações subversivas” (PEIXOTO, 2009. pg. 63).

A escalada dos conflitos acentuou-se, e em 4 de fevereiro de 1961, aproveitando o impacto midiático de um caso de ataque marítimo que envolvia um opositor de Salazar, cujo plano era ter uma base de oposição ao governo português em Angola, militantes independentistas armaram-se de catanas e invadiram as

prisões em Luanda com o intuito de libertar os presos políticos, detidos na ação de 1959. O levante teve repercussão internacional para o que vinha ocorrendo em Angola, e a data da invasão ficou marcada como o início da luta armada pela independência (PEIXOTO, 2009).

Em 15 de março de 1961, a ONU anunciou que se reuniria para discutir a questão de Angola. No mesmo dia, Holden Roberto deu o comando para que a UPA (que viria a se tornar a FNLA), iniciasse uma ofensiva no norte de Angola. O ataque caracterizou-se pela crueldade, violência gratuita e indiscriminada (XAVIER, 2011). Para Peixoto (2009), esse ataque demonstrou o caráter tribal da UPA, ligada à etnia *Bakongo*, pelo fato de que os militantes invadiram as fazendas e mataram alvos civis: colonos brancos, mestiços e muitos negros da etnia *Ovinbundo* (da qual pertencia Jonas Savimbi), que haviam migrado do sul para trabalhar nas fazendas do norte.

Após ganhar notoriedade, em 1962, os dirigentes da UPA dão origem à FNLA, sediada em Leopoldville. Em seguida, criaram o GRAE, que teve reconhecimento da OUA como o único grupo que representava o movimento de independência da Angola. Naturalmente, a notícia não foi bem recebida pelos representantes do MPLA, que nos anos seguintes iniciam movimentações e ataques a fim de conquistar a região de Cabinda e a região da capital, Luanda, ocupando tais regiões (AGOSTINHO, 2011).

Após relatar esses fatos iniciais, importa esclarecer que não é de interesse, tampouco necessário, que o presente trabalho detalhe a luta campal ano a ano, até a data que marcou a independência. Mas, é importante que se tenha uma ideia de como se desenvolveu esse período ao longo do território angolano, de um ponto de vista abrangente. Para tanto, utilizar-se-á a divisão em três fases, feita por Feijó:

A primeira fase correspondeu ao período de 1961-1966, quando a ação de guerrilha foi iniciada no interior do território (que até então estivera restrita ao litoral e região centro-oeste) sob atuação do MPLA; a segunda fase, de 1965-1970, firmou o êxito desse grupo na cobertura do território, tornando-se o único movimento de alcance realmente “nacional” de Angola à época; o terceiro momento, 1970-1974, marcou o recuo da ação do MPLA, por conta da perda substancial de contingentes localizados em bases ao leste, por conta de desentendimentos internos, que depois se uniram ao grupo de Holden Roberto (UPA/FNLA) ou ao grupo de Jonas Savimbi (chefe da UNITA) (FEIJÓ, 2011. pg. 37).

A luta de independência da Angola possui várias nuances étnicas e ideológicas, que levaram o conflito a se diferenciar de algumas outras guerras independentistas,

que conseguiram unificar os movimentos em uma única frente. Em Angola, os três grupos mantiveram-se divididos, elevando o grau de complexidade do conflito. No entanto, o que ainda não foi abordado, e que adiciona um elemento a mais na revolta, foram as atuações externas que ocorreram na Angola. Pois, como dito anteriormente, o contexto de Guerra Fria influenciava todas as movimentações políticas, sobretudo as independentistas, por se tratarem de terreno fértil às guerras *proxy*, muito comum à segunda metade do século XX.

O MPLA, de inspiração marxista, possuía apoio regional do Congo-Brazzaville, que no início do movimento permitiu que o movimento instalasse suas bases em seu território, em paralelo à já mencionada aliança FNLA-Leopoldville. Ainda regionalmente, o MPLA tinha ligações com o Grupo de Casablanca, que forneciam armamentos, apoio logístico e ajuda financeira. Através da aproximação com Brazzaville, na virada da década de 1950 para 1960, o MPLA estreitou relações com Bulgária e Checoslováquia, além de dois aliados de peso: Cuba e URSS (AGOSTINHO, 2011). Apesar de inicialmente não ter sido um apoio muito significativo em termos práticos, à medida que a luta avançou, as ajudas externas progrediram significativamente, chegando ao ponto de haver combatentes cubanos em solo angolano em 1975, lutando nas colunas do MPLA (PEIXOTO, 2009).

Ainda sobre as alianças internacionais do MPLA, o movimento recebeu apoio em 1967, de três países importantes: Zâmbia, Tanzânia e China. Os dois países africanos eram importantes por questões políticas, devido à necessidade de haver reconhecimento externo para que o movimento fosse tido como legítimo, e por questões logísticas, pois formam um corredor que liga a Angola ao oceano Índico, abrindo uma nova linha de fornecimento de suprimentos e armas (AGOSTINHO, 2011). O apoio chinês é mais controverso, pois como será posteriormente debatido, a China alternava seu apoio entre FNLA, UNITA e MPLA, dependendo do posicionamento e alianças que esses movimentos tinham em determinado momento, na qual Pequim tentava manter uma postura de se afastar do bloco soviético e do bloco pró EUA. Mas, como afirma Agostinho (2011), houve essa aproximação no ano de 1967:

A partir de 1967, juntam-se ao MPLA 3 países importantes: Zâmbia, Tanzânia e China. Esses países possibilitaram a ação do movimento no Leste de

Angola. Ou seja, a Zâmbia como país independente, constituiu-se numa forte base de apoio para as atividades dos movimentos no Leste. A Tanzânia, país fronteiriço do mar e da Zâmbia, possibilitaria a entrada de armamento proveniente da China. Ressalva-se que, apesar da diferente ideologia encontrada na altura, entre a China e a URSS, o apoio de ambas constitui-se como um impulso fundamental no reconhecimento do MPLA pela OUA, como a principal organização nacionalista em Angola para a luta da independência (AGOSTINHO, 2011. pg. 16).

No que concerne à FNLA, por consequência de seu caráter tribal, da etnia *bakongo*, o movimento teve uma aproximação com o Congo-Leopoldville, cujo apoio extrapolou apenas o suporte militar, uma vez que Leopoldville permitiu que o GRAE fosse criado e tivesse a sua base estabelecido em seu território. Além disso, segundo Agostinho (2011), a FNLA contava com o apoio de Gana e da Guiné Conacri, devido a relações próximas que o líder do movimento, Holden Roberto, mantinha com os chefes de Estado dos dois países. Ainda segundo o autor, havia também suporte da Tunísia, cujo país foi responsável pelo envio das primeiras armas para o grupo, no ano de 1960.

Pelo caráter anticomunista, Roberto conseguiu explorar o contexto da Guerra Fria para se aproximar dos EUA, que viriam a ser um importante financiador do movimento, além de fornecer suporte técnico através da *Central Intelligence Agency* (CIA) (SILVA, 2014). Naturalmente, para os EUA, o objetivo pautava-se em aproveitar a ruptura política iminente do território colonial com Portugal, para projetar seu poder e manter Angola em sua zona de influência.

A UNITA, de Jonas Savimbi, como já esclarecido, foi o último dos três movimentos a ser criado, o que lhe causou uma desvantagem de ter que se projetar de forma antagônica aos dois grupos já estabelecidos. No entanto, explorando o embate comunismo (MPLA) *versus* capitalismo (FNLA), a UNITA aproximou-se da China, que, por sua vez, buscava um parceiro a quem se aliar que a afastasse das duas grandes potências (sobretudo a URSS), em consonância com seu discurso anti-imperialista (XAVIER, 2011). A aproximação com a UNITA evidencia o caráter paradoxal que a atuação chinesa possuía na época, pois Savimbi era anticomunista.

Por ter surgido por último, e ter a inspiração em um princípio maoísta de que a revolta deveria partir das zonas rurais, de dentro da própria Angola, a UNITA enfrentou inúmeros problemas, sendo tida como um movimento de segunda importância – se comparada aos outros dois grupos –, até a Revolução dos Cravos (PEIXOTO, 2009).

Essa característica, fez com que Savimbi e seus liderados atuassem pragmaticamente, por vezes de forma contraditória, para salvar o movimento. A acordo com Portugal, em 1970, na “Operação Madeira” (que consistiu em uma aliança entre metrópole e movimento com o pacto de não agressão), é um exemplo claro disso. A aliança com a elite branca da África do Sul, que mandou combatentes para integrar as colunas da UNITA, pouco antes da independência de Angola, também reitera esse ponto (PEIXOTO, 2009).

No alvorecer da década de 1970, ganha força, no seio das forças armadas de Portugal, um movimento contrário ao Estado Novo (nome dado ao período salazarista), que se iniciara em 1933. A revolta tem raízes no início da década de 1960, em descontentamentos de oficiais portugueses que foram empenhados em batalhas nas colônias ultramarinas, para manutenção de tais territórios, e que eram contrários à maneira como o governo de Salazar via as possessões de Lisboa no continente africano. À medida que o movimento cresceu, o número de adeptos aumentou, tanto de militares, como de civis, resultando na destituição do então presidente Marcello Caetano, em 25 de abril de 1974. Esse movimento recebeu o nome de Revolução dos Cravos (SILVA, 2014).

Com a queda de Caetano, o Movimento das Forças Armadas (MFA) assumiu o controle do país. Como uma das causas que motivaram a revolta havia sido justamente o descontentamento com as guerras coloniais, as consequências para Angola foram muito importantes. Apesar de não ter uma definição clara a respeito de como o novo governo português conduziria os processos de descolonização, por conta de divergências entre líderes neocolonialistas e líderes que consideravam que os povos deveriam conseguir sua total autonomia, era hegemônica tinha a ideia de que a via do conflito bélico era insustentável, e que o país estava disposto a negociar (SILVA, 2014).

Diferentemente das forças portuguesas e da UNITA, o MPLA e a FNLA foram mais resistentes à negociação, exigindo garantias dos reais interesses portugueses. No entanto, apesar das dificuldades nas negociações ao longo do ano de 1974, os líderes dos movimentos sentaram à mesa em janeiro de 1975 e assinaram um acordo, batizado de Acordo de Alvor. Dentre outras coisas, o acordo previa a criação de um

governo de transição e a data de independência da Angola (ACORDO DE ALVOR, 1975).

Apesar do acordo prever um governo participativo e tripartite, com o objetivo de reduzir o grau de violência no conflito e garantir uma transição pacífica para a independência, o que ocorreu ao longo dos meses de 1975 foi o oposto disso. A escalada do conflito levou Portugal renunciar à suas pretensões de força de moderação. Nos meses anteriores à 11 de novembro de 1975, data prevista para a independência de Angola, cristalizaram-se dois blocos: à essa altura unidos, UNITA e FNLA, apoiados por EUA, Zaire e África do Sul, formavam um dos lados do conflito; do outro lado estava o MPLA, apoiado pela URSS e por Cuba. O território de Angola estava dividido em áreas subjugadas pelo MPLA, FNLA, e UNITA, mas a região de Luanda estava sob domínio do MPLA, e assim permaneceu até a data programada para a independência (XAVIER, 2011).

Em 11 de novembro de 1975, as lideranças do MPLA proclamaram a independência da República Popular da Angola (RPA), em Luanda. Em Huambo, o FNLA e a UNITA, proclamaram a independência da República Democrática da Angola (RDA). Estava posto um fim à luta pela independência, mas iniciava-se uma nova fase na história do país africano: a guerra civil.

3.2 Guerra civil angolana

A guerra civil angolana perdurou de 1975 a 2002, contabilizando quase três décadas de intensos conflitos entre os movimentos nacionais, sobretudo o MPLA e a UNITA. Como consequência do embate, na virada do milênio, Angola encontrava-se destruída do ponto de vista infra estrutural, impactando profundamente a produção econômica, que por sua vez, durante os anos de guerra, nunca fora destinada às necessidades da população, mas sim como meio financiador do conflito (CHIMANDA, 2010). Como afirma Penna Filho (2000), o longo período de guerra civil vitimou a própria população:

É fora de dúvida que quem mais vem sofrendo com a guerra em Angola é a sua própria população. Com cerca de um milhão de mortos e mais de dois milhões de deslocados em decorrência da guerra, gerações de angolanos ainda não conseguiram experimentar a paz. Há, contudo, outros agravantes:

calcula-se em mais de 500 mil o número de pessoas que sofreram acidentes com minas antipessoais, parte delas crianças que perderam membros do corpo, principalmente pernas (PENNA FILHO, 2000. pg. 16).

Após a declaração de independência em novembro de 1975, da RPA pelo MPLA, e da RDA pela UNITA e pela FNLA, iniciaram-se os reconhecimentos internacionais aos governos autoproclamados (sobretudo da RPA), fator fundamental na busca por legitimidade dentro do sistema internacional. Ainda em 1975, o Brasil e a OUA reconheceram a RPA, e em 1976, somaram-se a eles, França, Inglaterra, Dinamarca, Itália, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Alemanha Ocidental e Portugal (HÖRING, 2015). Com os reconhecimentos, a RPA passou a ser considerada a legítima representante do povo angolano.

A guerra civil testemunhou, internamente, a continuidade do embate que ocorria entre os grupos já antes da independência, com MPLA, UNITA e FNLA mantendo-se em oposição por questões étnicas e ideológicas. A maior mudança na relação de forças nos anos seguintes à independência, foi a derrocada da FNLA, que chegara no início da década de 1960 a ser o único movimento independentista angolano reconhecido internacionalmente. Segundo António (2019), a FNLA já testemunhava uma queda na representatividade junto à população angolana nos últimos anos de luta pela independência, o que se exacerbou durante a guerra civil. O fato derradeiro e que decretou o fim da participação da FNLA no conflito, ocorreu em 1978:

[...] em julho de 1978, diante dos ataques dos catanguenses ao Zaire, e sob pressão de Cuba e EUA, Angola e Zaire entraram em negociações e assinaram um pacto de não agressão, segundo o qual o governo angolano se responsabilizaria em desarmar e repatriar os catanguenses, e o governo de Mobutu encerraria as bases da FNLA, UNITA e FLEC na fronteira, bem como a assistência militar aos mesmos. O acordo foi cumprido por ambas as partes e representou a saída da FNLA da luta civil angolana (HÖRING, 2015. pg. 53).

Como consequência, Jonas Savimbi, líder da UNITA, estabeleceu-se como principal força opositora ao MPLA, herdando os aliados da FNLA. A UNITA tinha a seu favor grandes grupos étnicos angolanos identificados com o partido, fruto da campanha com inspiração maoísta, de criar o movimento a partir da mobilização dos grupos interioranos e rurais. Conforme afirma Filho (2000), a guerra civil angolana

seguiu os parâmetros e influências da bipolaridade da época, na qual o papel da UNITA foi o de representar o anticomunismo, recebendo apoio direto dos EUA, da África do Sul e China. A África do Sul envolveu-se no conflito enviando tropas e fornecendo armas, diferentemente dos EUA e China, que enviavam sobretudo ajuda financeira e forneciam treinamentos.

O MPLA, no comando do Estado de Angola após 1975, contava com o apoio da URSS, Cuba, e países vinculados ao bloco socialista. Sob liderança de Agostinho Neto, presidente de 1975 a 1979, o grupo planejou a economia e estabeleceu um regime de partido único (ANTÓNIO, 2019). Esse movimento foi bem descrito por Chimanda (2010):

[...] o MPLA viu reconhecido e reforçado o seu prestígio além fronteiras, converteu-se com os ventos da Guerra Fria, em «partido de vanguarda» e adoptou uma matriz ideológica na linha marxista-leninista, Partido Único envolto nos pilares de Partido do Trabalho, alargou a sua base de apoio nas cidades, vilas e aldeias, cujos comitês serviram de alavanca na continuidade da sua estratégia política de um movimento de massas. O MPLA afirmou-se assim como o único porta-estandarte dos interesses de Angola e dos angolanos perante os seus rivais mais próximos, a FNLA e a UNITA, no panorama político angolano e não só (CHIMANDA, 2010. pg. 31).

No ano de 1979, faleceu Agostinho Neto, vítima de câncer. Em seu posto, ascendeu José Eduardo dos Santos como líder do MPLA. No entanto, dada a conjuntura internacional de Guerra Fria, na qual a guerra civil angolana fora utilizada pela URSS e pelos EUA como oportunidade de projetar influência política e militar, não se testemunhou uma alteração na condução das diretrizes do grupo, alinhado ideologicamente com o bloco socialista (FILHO, 2000).

A URSS e os EUA, foram responsáveis pela manutenção da guerra do ponto de vista do financiamento do conflito, cujo recurso, aliado ao domínio de áreas de exploração de petróleo e de diamantes sob domínio dos grupos angolanos, mantiveram MPLA e UNITA ativos militarmente (HÖRING, 2015). A estrutura bipolar externa, portanto, traduziu-se internamente em Angola no embate MPLA *versus* UNITA, delimitando a ação dos movimentos nacionais que se confrontavam, sem grandes alterações nas conduções de ambos os grupos durante o período, marcado de sangrentas batalhas campais e inúmeras mortes dos dois lados (FILHO, 2000).

No entanto, a virada da década de 1980 para 1990, testemunhou o fim da Guerra Fria, simbolizada pela queda do muro de Berlim. Consequentemente, conflitos armados em países de terceiro mundo deixaram de ser central aos países que outrora influenciavam na guerra civil angolana, o que reduziu drasticamente a participação externa no conflito. Para o MPLA, o fim da Guerra Fria significou o desmantelamento de seu principal aliado, forçando o movimento à flexibilização ideológica, ao menos externamente, assumindo uma posição mais próxima da social-democracia (GAIO, 2016). A UNITA, apesar da “vitória” dos EUA, não se beneficiou do novo paradigma internacional, pois perdeu investimentos norte-americanos e auxílios regionais de origem ideológica. Somado a isso, houve a ascensão de Mandela ao poder da África do Sul, em 1994, com impacto direto na atuação internacional daquele país (FILHO, 2000).

A pressão internacional para que houvesse uma resolução da situação de Angola aumentou sobre os dois grupos beligerantes, e em 1991, houve a assinatura dos Acordos de Bicesse, que buscavam pôr fim à guerra civil. O acordo teve a mediação de Portugal, e definia que:

[...] o cessar-fogo devia ser inteiramente controlado pelo Governo angolano e pela UNITA. Para tal, devia ser formada uma Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) constituída por representantes do Governo angolano e da UNITA, tendo como observadores externos delegados de Portugal, dos EUA e da URSS. Ficou ainda agendada a realização de eleições, entre 1 de setembro e 1 de outubro de 1992, depois das quais cessariam os poderes da CCPM. Os países observadores, EUA e URSS, comprometeram-se igualmente a pôr termo ao abastecimento de material bélico às facções envolvidas no conflito (CHIMANDA, 2010. pg. 32).

No entanto, como nos lembra Höring (2015), os conflitos possuíam bases étnicas profundas, que foram explorados pela Guerra Fria e que os deixaram mais latentes, mas eram anteriores a ela. Como consequência, às vésperas das eleições, houve um reavivamento nas rivalidades, e quando foi divulgada a vantagem do MPLA no primeiro turno, com a vitória de José Eduardo dos Santos, com 49,57% dos votos, a UNITA não aceitou o resultado. Com o argumento de que a eleição havia sido fraudada, Savimbi quebrou o cessar-fogo acordado em 1991, e reiniciou a guerra contra o MPLA (CHIMANDA, 2010).

Segundo Höring (2015), os conflitos no período pós-Guerra Fria foram ainda mais sangrentos e violentos que os do período anterior, devido ao fato dos grupos, sobretudo a UNITA (por não governar o Estado angolano), ter de recorrer a formas alternativas de financiamento, como saques e garimpo de diamantes, que eram comercializados em mercado paralelo. Além disso, confisco de ajuda humanitária à vilarejos transformou-se em ferramenta para captar combatentes às forças militares, evidenciando a instrumentalização da fome.

Após o fracasso das eleições de 1992, houveram outras iniciativas de líderes internacionais de fazer MPLA e UNITA de sentarem à mesa de negociação para pôr fim à guerra. No entanto, todas foram infrutíferas, ou por não chegarem a algum acordo, ou pelo não cumprimento (ANTÓNIO, 2019). Concomitantemente, o governo angolano, atendia a pressões exteriores e iniciava um processo de abertura política, e abertura econômica, apesar de internamente reprimir com veemência as ações da UNITA (HÖRING, 2015).

Em 22 de fevereiro de 2002, Jonas Savimbi foi assassinado em combate. A morte do líder, impeliu a UNITA em buscar um acordo com o MPLA, que foi assinado em abril de 2002, pondo fim à uma guerra civil de quase três décadas (ANTÓNIO, 2019). Como consequência, o MPLA continuou na liderança do governo angolano, iniciando uma nova etapa, de estabilidade política interna.

O período pós 2002, foi de continuidade no processo de democratização e abertura econômica empreendida pelo MPLA a partir da década de 1990, com novo impulso dado pela busca de recursos privados para a reconstrução do país. De acordo com Gaio (2016), a estabilização política, somada ao aumento no preço internacional do petróleo e a sinalização de que o país teria uma economia mais aberta, atraiu o capital estrangeiro.

Do ponto de vista institucional, em 2008, foram realizadas eleições legislativas, que possibilitaram a formulação de uma nova constituição em 2010. Em 2012 foram realizadas eleições gerais, consagrando simbolicamente a estabilidade na Angola, com a vitória do candidato do MPLA (GAIO, 2016).

3.3 Histórico das Relações China - Angola

Como evidenciado nos subcapítulos anteriores, a relação sino-angolana é antiga, datando da época da luta pela independência da Angola, atravessando a guerra civil, e chegando ao período de estabilização institucional angolana após 2002. O objetivo da presente seção é identificar a lógica e os condicionantes que conduziam as relações de ambos os países, de época em época, para compreender as ações e pontos de inflexão no contato Pequim - Luanda.

No alvorecer da década de 1960, quando os movimentos independentistas de Angola começaram a tomar forma, em um contexto global de descolonização, encontraram uma China liderada por Mao Zedong atuante internacionalmente em busca de reconhecimento externo. Nesse período, de 1949 aos anos finais da década de 1970, como já citado no primeiro capítulo, e como lembra Rysdyk (2010), a atuação chinesa era orientada ideologicamente, e para fins políticos. É nesse contexto, com base nos cinco princípios de Zhou Enlai, que são definidas as ações chinesas durante a guerra independentista angolana.

Inicialmente, na virada da década de 1950 para 1960, a China apoiou o MPLA em sua luta pela autonomia de Angola. No entanto, em 1963, a OUA reconhece a FNLA e o GRAE como o único movimento angolano legítimo e, adicionalmente, o MPLA se revelou um movimento marxista-leninista, atraindo o apoio da URSS e do bloco socialista como um todo. A China, inspirada em sua política anticolonialista e anti-imperialista, potencializada pela cisão sino-soviética da época, transferiu seu apoio ao grupo liderado por Holden Roberto (AGOSTINHO, 2011).

Entretanto, pelo fato de a FNLA ter sua base estabelecida em Leopoldville, e o então Congo-Leopoldville, por sua vez, não ter relações com a China comunista, a elite política chinesa transferiu seu apoio para a UNITA, assim que a mesma foi criada. À época do final da década de 1960, portanto, a China apoiava o grupo de Jonas Savimbi, que possuía orientação maoísta, e apresentava-se como terceira força. Desta forma, a China alternava seu apoio entre os grupos independentistas para tentar manter-se fiel ao seu princípio anti-imperialista, uma vez que no mesmo período o MPLA estava associado ao bloco soviético, e a FNLA estava associada ao bloco capitalista (AGOSTINHO, 2011).

Às vésperas da independência de Angola, em 1975, a China encontrava-se ainda ligada à UNITA e também à FNLA – após a normalização das relações com

Leopoldville. No entanto, o apoio chinês aos movimentos expressava uma contradição, pois ambos empunhavam a bandeira anticomunista, e à época formavam uma aliança entre si, além de receberem apoio militar e financeiro dos EUA, do Congo-Leopoldville e da África do sul (que possuía o regime do *apartheid*). O único movimento marxista seguia sendo o MPLA, mas a China não o apoiava por conta do posicionamento soviético em favor do grupo de Agostinho Neto (XAVIER, 2011).

Concomitante ao processo de independência de Angola, sob a liderança do MPLA, Deng Xiaoping ascende à liderança do Partido Comunista Chinês na China (PCC), e inicia as mudanças que viriam a ser conhecidas como políticas de “reforma e abertura”. Sob nova liderança, Pequim passa de uma postura externa pautada ideologicamente, com finalidades basicamente políticas, para uma orientação pragmática com objetivos econômicos – ainda que os políticos não fossem totalmente descartados (KLEINE-AHLBRANDT; SMALL; 2014).

Devido ao fato de o país asiático ter dado suporte aos movimentos opositores ao MPLA, a relação da China com a RPA estava desgastada no final da década de 1970. No entanto, conduzida sob a nova postura do pragmatismo na política externa, os líderes do PCC, buscaram aproximar-se de Luanda, e conseguiram reatar as relações em 12 de janeiro de 1983 (PAUTASSO, 2009). Para a China, significava o estabelecimento de uma relação com um importante detentor de recursos naturais, com localização geográfica privilegiada. Para a elite política angolana, significava o reconhecimento da RPA por parte de uma potência global.

Apesar de significativa, sobretudo para Angola no âmbito político, o restabelecimento das relações não se caracterizou em resultados imediatos e grandes fluxos comerciais. O motivo encontra-se na mesma postura pragmática adotada pela China pós-1978, que novamente aproximou os dois países. Pautada no desenvolvimento econômico, a atuação externa chinesa perdeu parte do interesse no continente africano durante a década de 1980, cuja aproximação nas décadas anteriores dava-se sobretudo devido a questões políticas (OLIVEIRA; VIZENTINI; 2012).

No entanto, em 1989, o incidente na praça Tiananmen estabeleceu uma mudança de rumos na condução da política externa chinesa. Os países ocidentais iniciaram um movimento de isolamento da China, tanto econômico quanto político, o

que levou Pequim a voltar sua atenção novamente para a África, e conseqüentemente, para Angola. Esse movimento buscava reduzir os impactos econômicos do isolamento, e politicamente, manter uma base de apoio chinesa nos fóruns multilaterais (TULL, 2006). Por outro lado, nessa mesma época, a China voltava-se para Angola com uma economia com muito mais apetite que outrora, fruto do crescimento que registrara desde às reformas após 1978 (RYSZYK, 2010).

No contexto global, a virada da década de 1980 para 1990 representava o fim da guerra fria, com o desmantelamento da URSS. A Angola, como já exposto, foi afetada pela redefinição das forças à nível mundial, pelo fato de sua guerra civil ter sido financiada e mantida com a ajuda das potências do paradigma bipolar. Como consequência, a perda de interesse na manutenção do conflito angolano, fez com que os países incentivassem a UNITA e o MPLA a encontrarem uma saída a partir da negociação (PENNA FILHO, 2000).

Desta forma, quando a China volta novamente suas atenções à Angola, pós-Tiananmen, encontrou o MPLA pressionado a promover reformas econômicas e políticas, e, por outro lado, necessitando financiar – sobretudo com a venda de petróleo – o próprio grupo armado durante o confronto com a UNITA. Nesse ponto do comércio do hidrocarboneto, identifica-se um ponto de convergência dos dois países, pois no ano de 1993 a China passou de exportadora à importadora de petróleo (GARRIDO, 2021).

As relações entre os dois países foram aprofundadas na década de 1990, sobretudo no âmbito comercial. Segundo Xavier (2011), no final da década, Angola era o segundo principal parceiro comercial africano da China, atrás apenas da África do Sul, com um comércio bilateral que passou de U\$ 150 milhões em 1990, para U\$ 1.8 bilhões em 2000. No entanto, destaca a autora, a balança comercial é muito favorável à Luanda, ainda que as exportações chinesas tenham crescido no período analisado.

O fim da guerra civil em 2002 e a conseqüente estabilização institucional, abriu uma nova fase no contato entre os dois países, traduzindo-se no aumento do comércio, empréstimos e IEDs por parte da China, para suprir a necessidade das elites políticas angolanas de reconstruir o país. Para a China, a virada do milênio

marcava quase duas décadas de pujante crescimento econômico, dando à Pequim uma nova ferramenta para projetar sua influência:

[...] a projeção da China baseia-se na sua imensa capacidade econômica para financiar o crescimento de Angola. O dinamismo do comércio exterior chinês tem gerado reservas internacionais de cerca de 2 trilhões de dólares, além da capacidade de realizar empréstimos e investimentos externos diretos (IED). Os IED's chineses cresceram globalmente de 1 bilhão em 2000 para 22,5 bilhões de dólares em 2007, sobretudo através de empresas de propriedade estatal e de fundos de investimento (PAUTASSO, 2009. pg. 27).

No que tange a questão dos empréstimos e investimentos de empresas estatais chinesas em Angola após 2002, elas foram bem recebidas pelos líderes angolanos, interessados em reconstruir o país. Menos burocráticos e menos intervencionistas, geralmente com garantias estabelecidas em fornecimento de petróleo, diferentemente das linhas de crédito do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de países ocidentais, o capital chinês foi aportado prioritariamente nos setores de infraestrutura, telecomunicações, e em menor escala, em agricultura. Ainda vale destaque ao fato de que o banco que mais forneceu capital e assinou acordos de desenvolvimento ao longo dos anos foi o *Eximbank* (GARRIDO, 2021).

No comércio, China e Angola registraram aumento constante, sendo o petróleo o principal produto, uma vez que Angola tornou-se no segundo maior explorador do produto na África subsaariana após 2002, somente atrás da Nigéria (LUTERMAN, 2020). No ano de 2007, a China passou a ser o segundo principal parceiro comercial de Angola, atrás de Portugal. Em 2008, Luanda tornou-se o segundo maior fornecedor de petróleo da China, sendo símbolo de sucesso da nova política chinesa após o incidente de 1989, e estabeleceu-se como principal parceiro comercial da China na África (XAVIER, 2011).

O detalhamento das operações comerciais e de investimentos, tais quais seus impactos políticos e econômicos para ambos os países, serão analisados no próximo capítulo. O significado que a mesma medida ou acordo possuiu, é diferente para cada um dos países, e é isso que será explorado. No entanto, a centralidade que o petróleo assumiu nessa relação nos anos recentes, sobretudo após o término da guerra civil, é inegável.

4 IMPACTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DA RELAÇÃO SINO-ANGOLANA

No primeiro capítulo, o trabalho apresentou os conceitos teóricos que contextualizaram a projeção chinesa dentro da ideia da Grande Estratégia, além de combiná-la à visão do realismo defensivo. O objetivo do presente capítulo é utilizar-se dessas ferramentas apresentadas, e aplicá-las na análise da relação China - Angola, levando em consideração o histórico da aproximação entre os dois países, que foi trabalhada ao longo do segundo capítulo.

Para atingir o objetivo supracitado, dividiremos o terceiro capítulo em duas partes. Na primeira, serão apresentados os principais investimentos, empréstimos e *join ventures* que caracterizaram a relação entre Pequim e Luanda após 2002. Não se pretenderá discorrer a respeito de todos os recursos que eventualmente foram investidos pelo governo ou empresas chinesas na Angola, mas elucidar a forma que eles se davam e em quais setores econômicos foram alocados. Além do fluxo de investimentos, será apresentada também a evolução das relações comerciais ao longo dos anos, os setores com mais presença na balança comercial e a eventual relação entre os investimentos chineses e o comércio bilateral.

Com a devida apresentação dos fluxos financeiros e comerciais no primeiro subcapítulo, acredita-se que serão apresentados dados suficientes para o desenvolvimento da segunda seção, que tratará da análise política e econômica da relação. Objetivar-se-á, no segundo subcapítulo, apresentar as consequências da relação sino-angolana do ponto de vista dos dois países, analisando o que ela significa para cada um deles no cenário internacional e interno, além de identificar os motivos que promoveram a aproximação de ambos durante o período.

4.1 Fluxos financeiros e comerciais

Como afirmado anteriormente ao longo do presente trabalho, a relação sino-angolana foi orientada ideologicamente até a década de 1970, devido à projeção externa chinesa que objetivava buscar aliados através de pautas políticas, que, ironicamente, foi o fator que afastou os dirigentes do MPLA dos líderes chineses (SAMY, 2010). Na virada da década de 1970 para a década de 1980, a política de

Reforma e Abertura de Deng Xiaoping condicionou a política externa ao pragmatismo, com o objetivo de desenvolvimento econômico chinês, dando início à fase de reaproximação das elites políticas dos dois países, desgastada pelas divergências ao longo da guerra independentista angolana (KLEINE-AHLBRANDT; SMALL, 2008). O estabelecimento de relações diplomáticas em 1983 simbolizou a normalização das relações, ainda que, nos anos seguintes, não fossem registradas grandes ações conjuntas. A situação se alterou em 1989, quando Pequim voltou-se para a África com objetivos políticos devido ao ocorrido na Praça Tiananmen, potencializada pela urgência econômica, imposta pela necessidade de importação de petróleo a partir do ano de 1993, criando o cenário necessário para o aprofundamento da relação da China com a Angola (XAVIER, 2011).

Na virada do milênio, os dois países testemunharam uma evolução na relação, motivada pelo interesse político-econômico chinês e pela estabilização institucional da Angola em 2002, com o fim da guerra civil. Somada à estabilidade política interna angolana, que se traduziu em expectativa de normalização das atividades econômicas e segurança jurídica, estava a necessidade dos dirigentes do MPLA em reconstruir o país, destruído após quatro décadas de conflitos (somados os períodos da guerra de independência e a guerra civil), criando um cenário de convergência nos interesses (GARRIDO, 2021).

O cenário internacional no período de pós-Guerra Fria, com a “vitória” dos países ocidentais, elevou-os a credores transnacionais – ao lado de instituições como o FMI –, através de empréstimos realizados a países em dificuldades financeiras. A Angola, com as necessidades supracitadas, não fugiu à regra, e em 2002 o país encontrava-se endividado e pressionado a atender demandas de abertura econômica, como explica Brito:

Ao final da guerra civil, Angola estava totalmente endividada. Estima-se um total de quarenta e oito empréstimos garantidos em petróleo, quase todos feitos de maneira bem lucrativa por bancos ocidentais respeitáveis, como BNP Paribas da França, Standard Chartered do Reino Unido e Commerzbank da Alemanha.

O FMI tentou tirar o governo angolano de sua "dieta" de empréstimos de curto prazo garantidos em petróleo, requisitando uma série de reformas. Angola negociou pelo menos quatro programas com o FMI entre 1995 e 2004, sem obter sucesso. O Clube de Paris se apresentou como uma frente unida na tentativa de obter alívio de seus empréstimos em atraso. Para isso, o Clube

solicitou que Angola completasse com sucesso, pelo menos, um programa do FMI (BRITO, 2011. pg. 10-11).

No entanto, a China, movida por sua necessidade de manter sua taxa de crescimento econômico e busca por diversificação de fornecedores de matérias-primas, lançou-se à África no mesmo período. Diferentemente da política de interferência na política interna e ordem institucional dos países, sob a qual estavam relacionados os empréstimos dos países ocidentais, o país asiático sentava à mesa dos líderes africanos com possibilidades de financiamentos com prazos estendidos, melhores condições de juros e com uma única exigência política: o reconhecimento de uma única China, que implica no não reconhecimento de Taiwan (ALVES, 2007).

A relação que os dirigentes da política externa chinesa priorizaram com os países africanos da época, foi de se afastar do padrão norte-americano e europeu, buscando apresentarem-se como parceiros comerciais de mesmo nível, não como tutores civilizadores, como resume Alves:

[...] a China não faz exigências políticas draconianas: os contratos de exploração petrolífera e os que lhe vêm associados não contêm cláusulas – que diríamos de “inspiração Bretton Woods” – exigindo transparência política e de gestão de receitas, não pedem reformas económicas, não pretendem escrutinar o respeito pelos direitos humanos, nem fazem depender os programas do cumprimento de ditames de impacto ambiental. A política externa gizada a partir de Pequim obedece a este desígnio e curva-se perante a conjuntura energética, redefinindo alianças geopolíticas, que não só deem resposta às suas necessidades energéticas, mas também que a fortaleçam no contexto político global (ALVES, 2007. pg. 59).

Ainda sobre os investimentos e financiamentos de obras em solo angolano, o contexto de inversões de recursos contou com uma organização entre a China e o continente africano. Um dos símbolos do movimento chinês de aproximação ao terceiro mundo, retomado após o incidente da Praça Tiananmen em 1989, e mais especificamente como prova evidente de seu interesse na aproximação estratégica com a África, em outubro de 2000 foi criado FOCAC (DÍAZ, 2020). O FOCAC traduziu-se em parcerias estratégicas, entre o Pequim e o continente africano, com foco no desenvolvimento e estreitamento do diálogo entre os líderes, dentro de uma tendência de cooperação Sul-Sul, na qual a discussão de desenvolvimento de regiões periféricas fugia da tutela ocidental do hemisfério norte. Como afirma Díaz:

Diferentemente da ênfase dos países do Ocidente nos assuntos concernentes aos direitos humanos, a RPCh foca no comércio com apoio do governo e na expansão do investimento chinês. Nessa linha, em janeiro de 2007, um satélite comercial foi enviado ao espaço, o que reflete a consolidação dos laços econômicos sino-africanos em setores de alta tecnologia (DÍAZ, 2020. pg. 14)¹² (Tradução nossa)

Não obstante, houve em 2003, a criação de um novo órgão com ambições parecidas com as do FOCAC, mas dessa vez voltado aos países de língua portuguesa: o Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Fazem parte do grupo, além de China e de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Brasil, Moçambique, Timor-Leste e Portugal (ALVES, 2007). Segundo Xavier (2011), os objetivos do grupo expressos no Plano de Ação, além dos princípios basilares de desenvolvimento mútuo, são de cooperação no tema das normas técnicas (para fomentar e facilitar o comércio, que por vezes encontra barreiras nessa questão), cooperação no setor agrícola e de pesca, cooperação no setor de mineração, troca de tecnologias em infraestrutura, incentivo à criação de *joint ventures*, e aprofundamento das relações bilaterais dos países com a China. Importante notar que o tema de desenvolvimento e cooperação técnica é tema recorrente desses órgãos, fato que evidencia a forma mais horizontal da aproximação chinesa, ainda que suas intenções possam ser postas em perspectiva através da teoria realista.

Outra diferença substancial entre o prestador chinês dos prestadores ocidentais, encontra-se na origem, sendo o capital chinês, em sua esmagadora maioria, de fontes estatais. Isso permite que a China negocie com mais flexibilidade os termos dos contratos, estendendo prazos e negociando a taxas menores. Além disso, é comum que, por uma questão de segurança, contratos de financiamento exijam garantias, e o que a China aceita em seus contratos é o petróleo como garantidor do crédito, em contraponto às exigências de reformas institucionais feitas pelos ocidentais. Essa política de petróleo por recursos, no contrato com os angolanos, ficou conhecida como *Angola Mode* (COSTA, 2016).

¹² A diferencia del énfasis de los países de Occidente en los asuntos concernientes a los derechos humanos, la RPCh se enfocó en el comercio con el apoyo del gobierno y en la expansión de la inversión china. Así mismo, en enero de 2007, un satélite comercial fue enviado al espacio, lo que reflejó la consolidación de los lazos económicos sino-africanos en sectores de alta tecnología

Um dos principais bancos chineses envolvidos na política de financiamento angolano é o EximBank. O banco é voltado ao setor de importação e exportação, e também é responsável internamente, na China, pela política do “Go Out” ou “Going Out”, que assim como o nome sugere, refere-se à internacionalização de empresas chinesas de porte médio e grande. A forma como o banco trabalha, é concedendo créditos a juros mais baixos que os habituais, contratos longos com período de carência e direcionados à setores diversos, mas que também contratam empresas chinesas para as obras financiadas. Outra característica, é que o banco faz o pagamento diretamente para as contratadas para o desenvolvimento do projeto, sem intermédio das instituições públicas angolanas (CORKIN, 2011).

Sendo assim, seguindo a política do *Angola Mode*, o EximBank concedeu em 2004 ao país africano um financiamento de US\$ 2 bilhões, divididos entre 48 projetos que cobriam obras diversas, indo do setor da saúde ao de energia (COSTA, 2016). No período de 2004 a 2010, o banco emprestou US\$ 10,5 bilhões, garantidos em petróleo e através dos critérios supracitados de contratação de empresas chinesas (CORKIN, 2011). Entretanto, o EximBank não foi o único banco estatal chinês a conceder empréstimos à Angola, como ilustra a Tabela 1, que apresenta as datas dos principais recursos disponibilizados pelos chineses, o banco responsável pelo empréstimo, o setor beneficiado pelo recurso, a quantia, e se o valor foi garantido em petróleo:

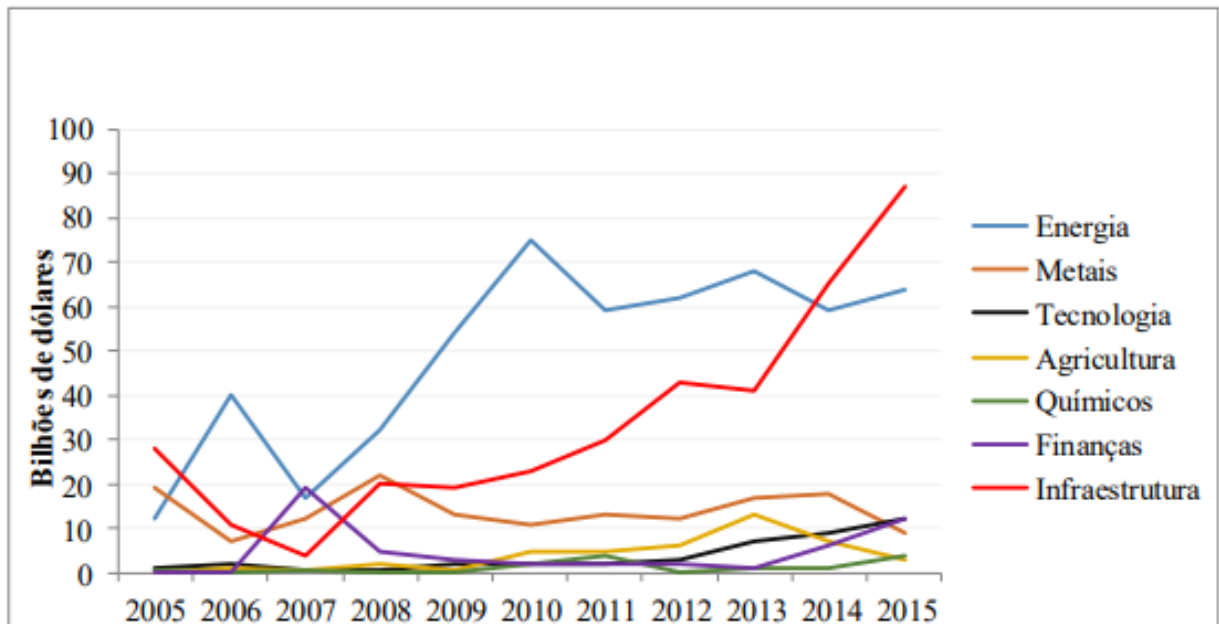
Tabela 1: Empréstimos oficiais da China para Angola.

ANO	QUANTO?	QUEM?	GARANTIDO EM PETRÓLEO?	OBJETIVO
2002	US\$ 145 milhões	China EximBank, China Construction Bank	Não	Infraestrutura
2004	US\$ 2 bilhões	China EximBank	Sim	Infraestrutura
2007	US\$ 2 bilhões	China EximBank	Sim	Infraestrutura
2007	US\$ 500 milhões	China EximBank	Sim	Infraestrutura
2008	US\$ 1 bilhão	China Development Bank	Não	Agricultura
2010	US\$ 6 bilhões	China EximBank	Desconhecido	Infraestrutura
2010	US\$ 2.5 bilhões	China Industrial and Commercial Bank	Não	Desconhecido

Fonte: Aarsæther (2011)

No entanto, os investimentos com origem na China em direção à Angola não são operados somente através dos grandes bancos chineses, e existem outras formas dos recursos serem direcionados, como é o caso de investimento de empresas chinesas partícipes de *join ventures*. Dessa forma, no que concerne aos setores cujo houve maior participação chinesa após o acordo de paz interna da Angola, naturalmente estão posicionados o de energia, devido ao petróleo ser o principal gerador de riquezas em Angola e principal produto da pauta de exportação, e o setor de infraestruturas, dada a necessidade de reconstrução após a guerra civil. Na figura 1, será possível analisar com detalhes:

Figura 1: Investimento setorial chinês em Angola, de 2005 a 2015.



Fonte: Costa (2016).

Pode-se, ainda, analisar que junto aos setores de energia e de infraestrutura, merece destaque também o setor mineral, expressado na figura como “metais”. De 2005 a 2012, com exceção ao setor de finanças que teve um pico de investimentos entre 2006 a 2008, houve predominância de alocação dos recursos nos três setores (metais, infraestrutura e energia). A partir de 2012, há incremento de investimentos em outras áreas, tal como a agricultura e tecnologia. O investimento tardio em agricultura, justifica-se pelo fato de ser um setor que dependia de infraestrutura básica

para o seu desenvolvimento. Já os recursos em tecnologia, estão ligados sobretudo à indústria de extração de petróleo (COSTA, 2016).

Como destacado no início do presente capítulo, não serão relatados detalhadamente todos os investimentos que foram contratados pela Angola junto à China, mas é recomendável que alguns projetos sejam tratados, pois ilustram a estratégia na qual os dois países estão envolvidos, que até então foi debatido de forma um tanto quanto abstrata. A refinaria de petróleo na região de Lobito é um dos casos que mais explicita a relação entre Pequim e Luanda do período, pois trata-se de uma *join venture* entre a Sociedade Nacional de Petróleos de Angola (Sonangol) (estatal angolana) e a Sinopec (estatal chinesa), que criaram a Sinopec International (SSI), fundada em 2006, que é a responsável pela administração da planta da refinaria. Com foco na exploração e refino de petróleo, 55% da SSI pertenciam à Sinopec, e os 45% restantes eram da Sonangol. A obra teve um custo estimado de U\$ 3 bilhões (COSTA, 2016).

O Caminho de Ferro de Benguela também se destaca dentre as obras realizadas, pois igualmente ilustra a maneira como os acordos foram feitos entre os países. A linha férrea conhecida como Caminho de Ferro de Benguela, trata-se de uma ferrovia que conecta o leste da Angola, da região de Luau, ao Oeste, com o porto de Lobito. Além de cruzar o país, atravessando inúmeras regiões mineiras, ao leste a ferrovia atinge a fronteira do país, servindo de corredor para os produtos dos países vizinhos, tal como a atual República Democrática do Congo. No entanto, ao longo dos anos de combate da guerra civil, a linha férrea foi destruída. Em 2006, os líderes angolanos assinaram um acordo no valor de U\$ 1,8 bilhões, e a obra de revitalização foi concedida à empresa chinesa China Railway 20 Bureau Group Corporation (CR20BGC), que entregou a obra de 1032 quilômetros no ano de 2012. Além da construtora vencedora do projeto ser chinesa, os componentes e peças necessárias para a construção foram importadas da China (LINO, 2022).

Existem inúmeros outros projetos que foram levados à cabo, em setores como o das telecomunicações, como é o caso do contrato das chinesas Huawei e ZTE, que ficaram responsáveis por levarem telefonia 4G para Angola (SANTOS, 2022). Houveram, ainda, investimento em outros inúmeros projetos, tais como hospitais,

prédios administrativos do poder público, portos, aeroportos e projetos de habitação (COSTA, 2016).

Aarsæther (2011), analisa que a situação angolana perante o mundo se alterou dentro de poucos anos. Em 2004, recém saída de uma guerra civil que destruiu a infraestrutura do país, com problemas políticos e fragilizada economicamente, a Angola, sem muitas alternativas e “desesperada” (segundo a autora), buscou um acordo com o FMI, e os termos das negociações já foram citados no presente trabalho: abertura econômica, garantias do crédito baseadas em reformas institucionais de cunho liberal. Já em 2009/2010, após a queda nos preços de petróleo e de diamantes, novamente Luanda consultou as condições que seriam praticadas em um eventual empréstimo junto ao FMI. Diferentemente do ocorrido no início da década, a negociação não mais pautou-se nas mesmas condições impostas anteriormente, pois considerou-se, por parte do Fundo, que o país apresentava bons índices e estabilidade econômica-institucional suficiente para a realização do acordo. Para Aarsæther (2011), tal mudança deriva-se, ao menos em parte, da parceria estratégica que o país tem com a China. A análise não se baseia em uma eventual benevolência chinesa, mas sim de uma perspectiva realista de que a política do “*Angola Mode*” – recursos por petróleo –, atraiu a China devido a sua elevada demanda pelo hidrocarboneto. A relação entre os países aprofundou-se ao longo dos anos devido a interesses mútuos, e causou consequências positivas em Angola, com crescimento econômico que elevou o nível de negociação dos dirigentes do MPLA frente à órgãos internacionais. Mas não só, o fato de existir uma potência como a China, negociando crédito a partir dos critérios que utiliza, faz com que os demais países ou entidades financeiras revejam suas condições de mercado, para manter a competitividade.

Um aspecto econômico que ainda não foi trabalhado, e que está diretamente ligado ao fluxo financeiro debatido até aqui, é o comércio bilateral entre China e Angola. Com fluxo crescente desde 1989, ano que marcou a inflexão na política externa chinesa e recolocou todo o continente africano no centro da estratégia de desenvolvimento chinês, a relação sino-angolana testemunhou um ganho de importância para ambos os países. Já mencionado aqui, o ano de 1993 também foi fundamental, pois foi o ano em que a China passou de autossuficiente em petróleo para importadora.

Admitindo a possibilidade de ser demasiado repetitivo, considera-se importante relembrar o contexto histórico apresentado anteriormente, para a compreensão plena dos condicionantes da relação comercial China-Angola. Apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registrado na década seguinte à guerra civil, que somado à estabilidade institucional que permitiu a projeção externa e diversificação dos parceiros econômicos internacionais, a Angola é um país subdesenvolvido, com problemas econômicos estruturais. Seu território é rico em matérias-primas, e a urgência da necessidade de atualizar o país aos níveis de desenvolvimento mundiais, fez com que esses produtos de “lucro fácil”, majoritariamente petróleo e minerais, predominassem na pauta de exportação (SÁ, 2013).

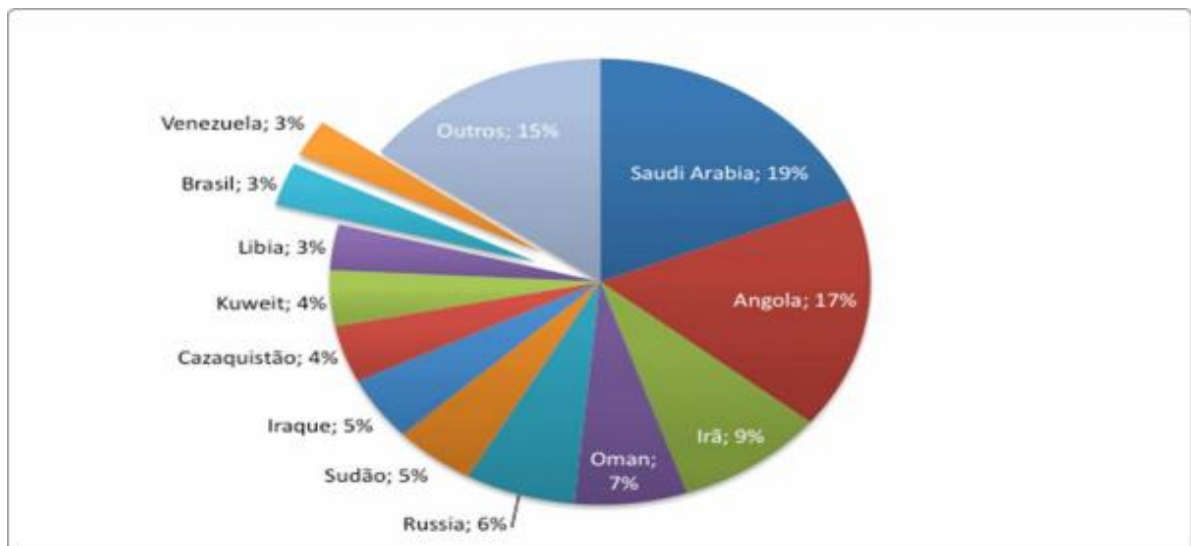
A China, por outro lado, encontrava-se no período com uma economia pujante e, conseqüentemente, mais dependente energeticamente de fontes externas, o que a impeliu na busca por novos fornecedores para reduzir sua dependência do petróleo da região do Oriente Médio, que por sua vez, passava por instabilidades políticas na última década do século XX e primeira década do século XXI. Nesse contexto, a oferta encontrou a demanda, e a Angola beneficiou-se do apetite chinês, tal qual outros países ao redor do globo (Alves, 2007).

As exportações angolanas testemunharam um contínuo crescimento a partir do ano de 2000, ainda antes do fim da guerra civil. No referido ano, o valor total de tudo que foi comercializado pelo país angolano ao exterior, totalizou US\$ 6,17 bilhões. Em 2005, um ano após o primeiro investimento do EximBank, o valor já era de US\$ 17,9 bilhões. Em 2008, as exportações atingiram seu nível máximo, chegando a US\$ 58,4 bilhões. Nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, as exportações angolanas tiveram números inferiores ou iguais aos de 2008, devido à recessão mundial provocada pela crise financeira internacional, o que naturalmente impactou um país tão dependente do petróleo. A Angola só foi superar o patamar de exportações cinco anos depois, quando apresentou um total de US\$ 59,9 bilhões em exportações no ano de 2013 (KOPF; BRUM, 2019)

Desde as primeiras descobertas de jazidas de petróleo em solo angolano, em meados da década de 1950, o produto tornou-se um meio da economia do país africano integrar-se ao mundo. Segundo Kopf e Brum (2019), no início da década de 2010, o petróleo representava 45% do PIB, 70% dos recursos fiscais advindos de

impostos e taxações, e 95% das receitas obtidas com as exportações. Isso significa dizer que o hidrocarboneto e seus derivados, representam a principal moeda de troca do país no mercado internacional, há pelo menos 50 anos. Isso implica problemas estruturais que afetam as importações, que majoritariamente se compõe de produtos industrializados e com valor agregado. Como já mencionado, na última década, a principal demanda pelo petróleo angolano, foi a chinesa (SÁ, 2013). A parceria comercial entre os dois países é estratégica, devido ao fato de a Angola ser um dos principais fornecedores do produto aos asiáticos, sendo o principal fornecedor africano de petróleo para Pequim, além de ocupar a segunda posição, em 2011, no *ranking* de importações chinesas do hidrocarboneto, atrás apenas da Arábia Saudita, conforme pode ser conferido na figura 2:

Figura 2 – Importações chinesas de petróleo em 2011.



Fonte: SÁ (2013).

A alta demanda por petróleo fez com que a Angola tivesse superávit na balança comercial bilateral dos países. Na tabela 2, poderá se avaliar os números do comércio China-Angola, a partir de dados totais de exportação e importação da balança angolana em relação à Pequim.

Tabela 2 – Balança comercial da Angola com a China.

ANO	VALOR DAS EXPORTAÇÕES (EM US\$)	VALOR DAS IMPORTAÇÕES (EM US\$)	SALDO (EM US\$)
2002	943 milhões	61,3 milhões	881,7 milhões
2003	1,92 bilhões	146 milhões	1,77 bilhões
2004	4,12 bilhões	193 milhões	3,93 bilhões
2005	5,75 bilhões	373 milhões	5,38 bilhões
2006	9,53 bilhões	894 milhões	8,64 bilhões
2007	13,3 bilhões	1,25 bilhões	12,05 bilhões
2008	19,7 bilhões	2,94 bilhões	16,76 bilhões
2009	15,8 bilhões	2,37 bilhões	13,43 bilhões
2010	21,2 bilhões	2,19 bilhões	19,01 bilhões
2011	24,3 bilhões	2,65 bilhões	21,68 bilhões
2012	33,5 bilhões	4,12 bilhões	29,38 bilhões
2013	31,8 bilhões	3,88 bilhões	27,92 bilhões

Fonte: OEC (2023).

Como é possível analisar com base na tabela 2, a Angola possui um superávit bilionário em sua relação com a China, mantido fortemente através das exportações de petróleo bruto, que ao longo dos anos analisados, responde por mais de 95% das exportações para Pequim (OEC, 2023). Assim como relatado anteriormente, durante a análise dos dados de exportações globais da Angola, também é possível identificar, com base nas informações acima, que o ano de 2008 marcou um recorde nos valores relacionados às exportações e importações, atingindo um patamar máximo em uma crescente que vinha desde o início da década. Em 2009, percebe-se um recuo, fazendo despencar os valores transacionados entre os dois países. Já nos anos seguintes, tem-se a retomada do comércio ao patamar similar de 2008, inclusive o superando. Tal oscilação deve-se à crise financeira global (KOPF; BRUM, 2019). No entanto, se comparada ao período de retomada do total de exportações, o comércio externo com a China recuperou-se mais rapidamente, o que sugere que o petróleo angolano tem uma posição privilegiada na demanda do gigante asiático.

Um ponto importante, que também impactou no aumento do valor transacionado entre os dois países, e ajuda a explicar parcialmente essa crescente no comércio bilateral, foi o aumento do preço internacional do barril de petróleo. Impactado pelo mercado global, com o crescimento da demanda internacional pelo hidrocarboneto, o preço subiu na última metade da década de 2000. Com essa informação busca-se manter o estudo atrelado à realidade histórica, para evitar a errônea interpretação de que o crescimento nos valores observados na tabela teria sido causado única e exclusivamente pelo aumento da quantidade importada (KOPF; BRUM, 2019).

Quanto aos principais produtos que compõe a pauta de exportação angolana com a China, há, como já destacado, prevalência do petróleo. Entretanto, vale destaque para alguns outros produtos, como o diamante – que teve importante participação no financiamento dos grupos beligerantes durante os anos de guerra pela independência e guerra civil –, o alcatrão de hulha e o gás de petróleo. A tabela 3 indica a lista de principais produtos angolanos exportados para Pequim, além do valor acumulado (em bilhões de dólares), entre os anos de 2002 a 2013, e ilustra a dependência angolana por produtos primários.

Tabela 3 – Exportações angolanas para China por produto, em bilhões de dólares, 2002-2013.

PRINCIPAIS PRODUTOS	VALOR ACUMULADO DE 2002-2013 (em bilhões de US\$)
PETRÓLEO BRUTO	181,86
DIAMANTE	0,612
ALCATRÃO DE HULHA	0,348
GÁS DE PETRÓLEO	0,195
MADEIRA	0,00853
PEIXES E CRUSTÁCEOS	0,00583
GRANITO	0,040

Fonte: OEC (2023).

No que tange às exportações chinesas para Angola, ou importações angolanas de produtos chineses, inicialmente vale o destaque de que elas são radicalmente menores do que os valores importado pela China, como já mencionado anteriormente. No entanto, é notório o aumento que tiveram a partir do período analisado, saltando

de US\$ 61,3 milhões em 2002, para US\$ 373 milhões em 2005, e atingindo US\$ 2,94 bilhões em 2008 o maior volume comercializado até então. As importações angolanas também foram afetadas pela crise internacional, no pós-2008, e durante os anos de 2009, 2010 e 2011 ficaram abaixo da marca recorde, vindo a superá-la apenas no ano de 2012, sugerindo que a economia do país africano foi impactada de maneira considerável pela crise (OEC, 2023).

Quanto aos produtos chineses importados pela Angola, há uma prevalência de produtos manufaturados, com valor agregado. Em ordem proporcional, nas importações, tem-se em maior quantidade produtos caracterizados como bens de consumo, seguidos pelos bens de capital, depois bens intermediários, e por último, com valores muito inferiores aos demais, matérias-primas (COSTA, 2016).

A gama de produtos que são importados pela Angola da China, tem relação (não total, mas parcial), com os investimentos chineses e recursos negociados entre os dois governos. Se compararmos os dados da figura 1, que apresenta os setores mais beneficiados pelos empréstimos (recordando a informação que os projetos financiados pelos chineses em Angola contam com a participação de empresas chinesas no seu desenvolvimento, além de materiais e equipamentos oriundos da China), e cruzarmos com os dados que tratam da natureza dos produtos chineses mais importados, há uma relação complementar de geração de demanda (financiamento de projetos) e oferta (produção chinesa dos bens demandados) (SÁ, 2013).

De uma forma geral, pode-se afirmar que a necessidade política advinda dos incidentes de 1989, aproximaram a China de Angola, mas que a manutenção da presença chinesa, elevando Angola à condição de parceira estratégica, deriva de uma junção de interesses políticos e de necessidades econômicas impostas após 1993. Dessa forma, através de diplomacia econômica que lhe concedeu caráter de principal parceira comercial angolana, junto ao suporte financeiro e de investimentos, a China conseguiu aproximar-se de Angola e diminuir a influências de outras potências, outrora hegemônicas (COSTA, 2016).

Para Angola, com base nos dados apresentados, é notória a dependência econômica em relação ao petróleo. Para Sá (2013), os governantes deveriam preocupar-se em desenvolver políticas de desenvolvimento de outros setores da

economia, por uma questão, já dita, de buscar alterar a dependência extrema de um único produto, e também pelo fato de que uma economia mais complexa, com interação entre os setores, tem um potencial maior de resolver as questões sociais existentes na Angola. Nas palavras do autor:

Justamente a quase total a dependência da exportação de petróleo tem sido uma condição debilitadora da economia angolana. Tão imprescindível ainda como matriz energética para a economia mundial, o petróleo, ao que parece, ainda vai demorar a ser substituído por fontes alternativas (mesmo que por fontes energéticas limpas). Nesse contexto, a importância do petróleo é inquestionável para os países detentores de grandes reservas desse produto que, veem nessas possibilidades reais de alavancar o seu crescimento e desenvolvimento econômico, além de se fazerem representar de forma mais expressiva no cenário internacional. O problema para alguns países tem sido a demasiada dependência econômica da exportação de petróleo, como no caso de Angola, cuja produção e exportação estão hoje diretamente atreladas à demanda chinesa por essa matéria-prima (SÁ, 2013. pg.53).

Os laços comerciais e econômicos são importantes para ambos os países, onde o comércio ocorre de forma fluída devido à complementariedade do que um oferece e do que o outro precisa, sendo uma parceria estratégica para ambos. No subcapítulo a seguir serão analisados os significados políticos dessas ações, dentro da projeção internacional de cada um dos países.

4.2 Análise política da relação China-Angola

Com base nos dados e análises econômicas e financeiras da relação sino-angolana, apresentadas no subcapítulo anterior, na presente seção buscar-se-á interpretar as inflexões e aprofundamentos a partir da teoria realista e de Grande Estratégia. Será feita uma interconexão entre os fatos e as teorias, buscando sentido teórico no que por vezes parece ser um emaranhado de acontecimentos sem nexos ou sentido.

Vale lembrar que o trabalho tem por base os pressupostos do realismo defensivo de que os Estados são racionais, coexistem em uma estrutura anárquica onde podem contar única e exclusivamente com sua própria ajuda, e que buscam em última instância sua própria sobrevivência através de cálculos contínuos de poder (WALTZ, 1979). Além disso, trabalha-se com o conceito de “grande estratégia”, que resumidamente seria a organização dos recursos disponíveis por parte de um país

dentro de uma estratégia de potencialização do poder e projeção internacional. Ou seja, dados os constrangimentos estruturais ao qual estão sujeitos os Estados, a grande estratégia trata do caminho que cada um deles escolhe seguir, baseado em suas convicções e cálculos políticos no sistema internacional (PORTER, 2013).

A guinada em direção à África em 1989, por parte da China, foi motivada por questões político-econômicas. Devido ao ocorrido na Praça Tiananmen, sanções econômicas e pressões políticas recaíram sobre Pequim, oriundas dos países ocidentais em um contexto de eminente fim da Guerra Fria e desmantelamento da URSS. A ação dos países ocidentais, liderados pelos EUA, do ponto de vista realista pode ser visto como uma ofensiva para frear o crescimento chinês que, após o fim da URSS, poderia vir a transformar-se em uma potência revisionista, contrária ao *status quo*, e contestar a posição de *hegemon* norte-americano. A ação da China, baseada no conceito de autoajuda, redefiniu sua política externa com o objetivo de minimizar as perdas de poder causadas pela ação isolacionista dos países ocidentais contra Pequim, uma vez que encontrou na África aliados políticos que sustentaram a posição chinesa em fóruns internacionais, e também aliados econômicos, que permitiram o fornecimento de recursos que o país precisava para manter seu crescimento econômico e, em última instância, seu poderio latente.

A posição de poder angolano no sistema internacional não testemunhou mudanças importantes (salvo o contexto regional) se comparados os períodos 1989-2002 e 2002-2013, ainda que internamente tenham ocorridos mudanças significativas pós-guerra, e que o segundo período tenha sido de retomada do crescimento econômico do país e reconstrução de infraestrutura básica. A dependência econômica do petróleo, e conseqüentemente a dependência do poder latente no petróleo, seguiu sendo uma constante (SÁ, 2013). Alves (2007) afirma que Angola levou a cabo uma política de *bandwagoning* ao aproximar-se da China e aprofundar sua relação com a mesma. Tal análise pode ser considerada, mas não se pode ignorar a possibilidade de que os termos e condições propostas pela China em sua aproximação com Angola, ofertando recursos (sob termos e condições apresentados na subseção anterior), e mercado consumidor, apresentaram possibilidades de barganha à Luanda. Se a aproximação chinesa não se traduz necessariamente em ganho de poder imediato, ao menos significou ganho de poder em negociação,

aumentando os limites de ação dentro do jogo da balança de poder. Ou seja, o impacto de Angola na balança de poder global segue sendo baixo, mas não significa que os constrangimentos sejam os mesmos.

Desse prisma, a política de aproximação chinesa com disponibilidade de recursos para financiamentos, pode ser lida como uma forma de garantir acesso à recursos que mantenham a segurança e sobrevivência da China no cenário internacional, afastando de Angola outras potências que lutam pela mesma fatia de poder. No entanto, apesar de não ser incorreta, a análise é parcial, pois Pequim tem uma preocupação fundamental com a forma com que seu crescimento é percebido pelos demais países, ou seja, uma preocupação sobre a questão do *offense-defense balance*. Com base nos conceitos de Glaser (1994-1995), pode-se compreender as iniciativas chinesas de construção de fóruns de diálogo multilateral, como movimentos de redução de danos no dilema de segurança, através de sinais de intenções benignas contidas em suas ações. O FOCAC e o Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, são dois exemplos dessas iniciativas na qual estão presentes tanto Pequim quanto Luanda.

As assimetrias entre China e Angola são notórias, e há inúmeros pontos e fatores que fazem com que autores tenham as mais diversas leituras da relação. No entanto, do ponto de vista comercial e financeiro, a relação sino-angolana pode ser apontada como de *win-win*, onde ambos mantêm liberdade de ação e o contato entre os países é muito mais marcado por interesses complementares do que por imposições arbitrárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do problema de pesquisa proposto, que vale lembrar, trata de identificar os impactos políticos e econômicos, para ambos os países, da presença chinesa em Angola, a monografia foi desenvolvida de maneira a apresentar todos os temas que se julgava relevantes, e que estivessem relacionados ao tema. A partir de uma abordagem hipotético-dedutiva, de caráter qualitativa, de nível exploratório-explicativo, as questões foram tratadas sempre com embasamento bibliográfico, com predominância de trabalhos de outros acadêmicos, além de algumas fontes documentais.

No que diz respeito à forma em que o desenvolvimento do trabalho foi estruturado, dividiu-se em três capítulos independentes, mas interrelacionados, que são: Referencial Teórico; Contexto Histórico Recente da Angola; e, por último, Impactos Econômicos e Políticos da Relação Sino-Angolana.

A ideia central da divisão do trabalho da forma supracitada, é que o primeiro capítulo situe o leitor da estratégia chinesa e a ideia por detrás de sua projeção internacional, além de muni-lo dos conceitos do realismo defensivo, tais qual a autoajuda, dilema de segurança, sistema anárquico, jogo de soma zero, *offense-defense balance*, alianças e *bandwagoning*. A escola do realismo defensivo foi escolhida para servir de “lente” teórica ao trabalho, na qual toda a análise posterior de contextos históricos ou relações bilaterais seja vista a partir da ideia de Estados interagindo em um cenário anárquico. Nesse contexto, a busca por poder para garantir a sobrevivência está atrelada à cálculos estratégicos da quantidade de poder que é seguro obter sem que essa busca se torne, ela mesma, uma ameaça à sobrevivência estatal, devido a reações dos demais atores. Reações essas que podem fazer com que um bloco de países se alie para frear a ofensiva do suposto Estado revisionista. Essa é uma das diferenças essenciais entre realistas defensivos e realistas ofensivos, que, por sua vez, defendem a tese da busca pelo máximo de poder. O realismo defensivo, ainda, propõe situações em que Estados possam emitir sinais de suas intenções, para evitar reações indesejadas dos demais.

Fazendo um paralelo entre a teoria citada com a ascensão chinesa, partimos do pressuposto que a projeção externa, constrangida pela estrutura anárquica, é

guiada pela grande estratégia de desenvolvimento, que impele o Estado chinês a buscar parceiros internacionais (tanto comerciais quanto políticos), que contribuam com a ideia de busca calculada por poder. No entanto, como uma forma de amenizar as consequências geradas pelo dilema de segurança, pode-se interpretar as declarações unilaterais chinesas ao longo da história, tal como os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica de Zhou Enlai, como exemplos da preocupação dos líderes do PCC em reduzir as desconfianças dos demais países a respeito da expansão da China.

Como parte deste mesmo cenário anárquico, Angola igualmente busca sua sobrevivência, apesar de sujeita a outros condicionantes e constrangimentos, se comparada à Pequim. Para melhor situar o contexto angolano, o segundo capítulo é todo dedicado à história recente de Angola, para que se tenha uma ideia completa da situação política e econômica do país. No alvorecer da década de 1960, inspirados por um movimento global de descolonização, ganharam força no interior do país inúmeros levantes anticoloniais, que ao longo dos anos concentraram-se em três grupos principais: MPLA, FNLA e UNITA. Incapazes de unirem-se em uma única frente, os movimentos lutavam contra a colônia portuguesa ao mesmo tempo em que disputavam entre si. Em 1975, Portugal retirou suas tropas da Angola, tornando o território independente dos europeus. No entanto, a guerra não cessou, transformando-se em guerra civil, contrapondo o MPLA e a UNITA, grupos mais bem estruturados e com maior base de apoio popular. Um aspecto fundamental tanto da guerra independentista quanto da guerra civil, foi a internacionalização do conflito, com influência externa dos blocos capitalistas e socialistas, característico de uma guerra *proxy*. Inclusive, a China integrou o grupo das potências que interviram no conflito. Em 2002, quando a morte de Savimbi decretou o fim da guerra civil angolana, a Angola era um país a ser reconstruído, marcado por quatro décadas de conflitos.

O terceiro capítulo tratou justamente de explicar de que forma que a China, dependente do suprimento externo de petróleo desde o ano de 1993, aproximou-se de Angola. Diferenciando-se de financiadores ocidentais (tanto países, quanto o FMI, ou bancos privados), a China possuía condições mais flexíveis, melhores e menos intervencionistas que os demais. Pode-se argumentar que a China o fez para ter acesso às matérias-primas angolanas, que serviriam de suprimento para a

manutenção de seu crescimento, aumentando seu poder relativo e também seu poder latente. Tal ideia não é de toda equivocada, até porque possui embasamento na teoria realista, mas ela não anula o fato de que a aproximação chinesa deu aos líderes do MPLA uma possibilidade mais atrativa de reconstrução e desenvolvimento do que as demais possibilidades existentes.

No período entre 2002 e 2013, registrou-se crescimento vertiginoso do PIB angolano, potencializado principalmente pela produção petrolífera e sua exportação. No mesmo período, como exposto no capítulo, houve uma aproximação maior entre China e a Angola, comercialmente e financeiramente, com expansão de recursos chineses investidos em Angola e crescimento das exportações angolanas para Pequim. Não se pretende atrelar à China o mérito da reconstrução, ainda que limitada, de Angola. Mas é igualmente inevitável reconhecer que a pujante economia chinesa beneficiou Luanda, apresentando-se como uma demandante do principal produto que Angola comercializa com o exterior, e disposta a trocar o fornecimento do mesmo por investimentos, movimento conhecido como *Angola Mode*.

Sob a luz dos conceitos da grande estratégia, ainda, pode-se adicionar a interpretação de que o desenvolvimento chinês – e a consequente projeção de poder ao exterior –, está pautada na construção de um sistema internacional multipolar nas primeiras décadas do século XXI, pois a existência de inúmeros Estados emergentes diminuiria a desconfiança de que a China é um Estado revisionista (tema diretamente ligado à questão anteriormente mencionada dos sinais benévolos que os chineses enviam ao demais líderes globais). Dentro desse contexto, Angola também passou a assumir um importante papel na estratégia chinesa, uma vez que o crescimento registrado no pós-2002 elevou o país à uma das principais economias do continente, tornando-a, naturalmente, uma liderança regional com sua própria esfera de poder.

Dessa forma, confirma-se a hipótese de que a atuação chinesa em Angola abriu ao país africano a possibilidade de negociação junto à uma grande potência, gerando poder de barganha frente ao resto do mundo e novas possibilidades de desenvolvimento econômico, e que para a China, por sua vez, além de assegurar o atendimento de sua necessidade por matérias-primas e venda de produtos manufaturados, o país aumentou seu poder relativo frente às demais potências através da expansão de seu poder sobre o continente africano.

Mas, para além da confirmação da hipótese, o fato de a monografia trabalhar a projeção chinesa (uma potência global) sobre Angola (país subdesenvolvido), pode despertar e levantar questões a respeito das condições em que tal aproximação se dá. Há argumentos que tratam de abordar a relação de Pequim com os angolanos como sendo de cunho neocolonial, quase que uma releitura contemporânea da maneira como as metrópoles europeias tratavam suas colônias africanas. No entanto, quando há um olhar mais atento, identificam-se fatores que comprovam o contrário, como é o caso dos empréstimos e financiamentos chineses, que possuem condições radicalmente mais atrativas que as ofertadas pelo bloco ocidental, pelo fato de estarem subjugados aos interesses estatais da China de aproximar-se de Angola. De maneira alguma, porém, pretende-se atrelar tal postura de Pequim à uma eventual benevolência, pois se trata exclusivamente de uma postura pragmática e com resultados positivos aos desejos chineses dentro do sistema internacional, que, por ora, não tratam de tentar estabelecer relações neocoloniais.

Vale lembrar, as ações da China são calculadas e desenvolvidas a partir de uma estratégia central de crescimento e criação de um sistema multipolar. Para os líderes do MPLA, que não possuíam no pós-2002 muitas possibilidades de fontes de recursos para reconstruir o país, caso não houvesse ocorrido a aproximação chinesa, teriam sido forçados a negociar com o bloco ocidental e aceitar as condições que o FMI iria impor. Dessa forma, tanto no campo econômico, quanto no político, os interesses foram e seguem complementares, sem subjugação de uma das partes à outra, ainda que haja um ator mais poderoso que o outro e que as condições de negociação não sejam as mesmas.

6 REFERÊNCIAS

_____. **China' African policy.** Janeiro, 2006. Disponível em: <
<http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>>. Acesso em: 01/12/2020.

AARSÆTHER, Aslaug. Chinese Colonialism or South-South Cooperation? The Case of Chinese Resources for Infrastructure Contracts in Angola. **Department of Comparative Politics**, Bergen, Junho de 2011. Disponível em: <
<https://core.ac.uk/download/pdf/30924493.pdf>>. Acesso em: 15/06/2023.

ACORDO DE ALVOR. Alvor/Algarve, 15 de janeiro de 1975. Disponível em: <
<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>> . Acesso em: 12 de maio de 2023.

AGOSTINHO, Paulo Feliciano. Guerra em Angola: as heranças da luta de libertação e a guerra civil. **Repositório Comum**, Lisboa, 2011. Disponível em: <
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf>>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

ALVES, André G. M. P. Os interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n.1, p.25-31, 2010. Disponível em:<
<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4751>>. Acesso em: 01/11/2020.

ALVES, Duarte B. A presença chinesa em África: o caso de Angola. **Negócios Estrangeiros**, pg. 56-71, 2007. Disponível em: <
<https://silo.tips/download/a-presenca-chinesa-em-africa-o-caso-de-angola>>. Acesso em: 15/06/2023.

ANTÓNIO, Januário S. Guerra civil angolana. **Biblioteca digital do exército**, Resende, 2019. Disponível em: <
<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5522/1/2123.pdf>> . Acesso em: 17 de maio de 2023.

BRITO, Lana B. A presença chinesa em Angola: ameaças e oportunidades para o Brasil. **ResearchGate**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310831121_A_presenca_chinesa_em_Angola_ameacas_e_oportunidades_para_o_Brasil>. Acesso em: 15/06/2023.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. São Francisco, 26 de junho de 1945. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

CHIMANDA, Pedro F. Do monopartidarismo à transição democrática em Angola. **Repositório digital UNL**, Lisboa, 2010. Disponível em: <<https://run.unl.pt/bitstream/10362/5306/1/Do%20Monopartidarismo%20%C3%A0%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Democr%C3%A1tica%20em%20Angola.pdf>> . Acesso em: 17 de maio de 2023.

CORKIN, Lucy. China and Angola: strategic partnership or a marriage of convenience? **Angola Brief**, vol. 1, n.1, pg. 1-4, janeiro de 2011. Disponível em: <<https://www.cmi.no/publications/3938-china-and-angola-strategic-partnership-or-marriage>>. Acesso em: 15/06/2023.

COSTA, Livia M. As atuações do Brasil e da China em Angola e Moçambique no século XXI. **Repositório digital da UFRGS**, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166107/001026476.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15/06/2023.

DÍAZ, Diana A. G. China y la construcción de relaciones estratégicas con países de África. Estudio de caso: su postura contradictoria frente al principio de no intervención. **Revista Desafíos**, vol. 32, n.1, pg. 144-182, 2020. Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/7689/7750>>. Acesso em: 15/06/2023.

EVERA, Stephen V. Offense, defense, and the causes of war. **International Security**, vol. 22, n. 4, pg. 5-43, 1998.

FEIJÓ, Brunna Bozzi. Independência ou Revolução? Uma análise do processo de independência de Angola a partir de sua transformação de guerra anticolonial a microcosmo da Guerra Fria (1961-1975). **Repositório digital UFRGS**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36933>> . Acesso em: 11 de maio de 2023.

GAIO, Gabrieli. A angolanidade e angolanização: interfaces da governança no pós-guerra civil em Angola. **Revista Odeere**, Lisboa, 2016. Disponível em: < <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1544/1331>> . Acesso em: 17 de maio de 2023.

GARRIDO, Kássia D. L. G. Relação China-Angola: Desenvolvimento socioeconômico pós-guerra civil e os impactos positivos e negativos da relação sino-angolana. **Repositório SIBIUNI**, Redenção, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2665/1/TCC%20K%c3%a1ssia%20Dara%20Leal%20Guedes%20Garrido.pdf>> . Acesso em: 24 de maio de 2023.

GLASER, Charles L. Realists as optimists. *In*: ELMAN, Colin.; JENSEN, Michael A. **Realism Reader**. NewYork: Routledge, 2014. cap. 5. pg. 157-166.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. 5 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos. O Breve século XX (1914-1991)**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖRING, Jéssica da S. Os movimentos de libertação nacional em Angola: trajetória política, Guerra Civil e impactos sobre a construção do Estado (1975-2002).

Repositório digital UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140501>> . Acesso em: 17 de maio de 2023.

JERVIS, Robert. Cooperation under the security dilemma. *In*: ELMAN, Colin.; JENSEN, Michael A. **Realism Reader**. New York: Routledge, 2014. cap. 5. pg. 136-144.
 KLEINE-AHLBRANDT, Stephanie; SMALL, Andrew. China's new dictatorship diplomacy: is Beijing parting with pariahs?. **Foreign Affairs**, vol.87, n.1, p. 38-56, 2008.

KOPF, Júlio C.; BRUM, Argemiro L. A política comercial de Angola e a participação brasileira. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, pg. 19254-19279, outubro de 2019. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/3775/3576>> . Acesso em: 15/06/2023.

LINO, Paula C. S. Cooperação China-Angola: o estudo de caso da ferrovia de Benguela. **Repositório SIBIUNI**, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2502/1/2022_mono_paulalino.pdf>. Acesso em: 15/06/2023.

LUTERMAN, Daniel C. A China em busca de poder: os interesses chineses em Angola no início do século XXI. **Repositório da marinha**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CEMOS_062_MONO_CC_FN_LUTERMAN.pdf> . Acesso em: 24 de maio de 2023.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton & Company, INC, 2001.

MEARSHEIMER, John. Structural Realism. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 71-88. Disponível em: <<https://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/StructuralRealism.pdf>>. Acesso em: 12/10/2020.

MENDONÇA, Anderson Guimarães. O Salazarismo e a PIDE: política de repressão na Angola. **Faces da história**, v. 5, n.2, p. 297-315, jul.-dez., 2018. Disponível em: < <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1233/1161>> . Acesso em: 11 de maio de 2023.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OEC - OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Importer/exporter by countrys**, 2023. Disponível em: < https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/chn/ago/show/2008/ >. Acesso em: 15/06/2023.

OLIVEIRA, Guilherme Z.; VISENTINI, Paulo F. As relações sino-africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades. **Século XXI**, Porto Alegre, vol.3, n.1, pg. 25-40, 2012. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/263367442_AS_RELACOES_SINO-AFRICANAS_MUITOS_MITOS_E_ALGUMAS_REALIDADES >. Acesso em: 01/11/2020.

PAUTASSO, Diego. As relações econômicas internacionais entre China e Angola. **Meridiano** 47, n. 105, p. 27-29, abr. 2009. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3614/3294>>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

PEIXOTO, Carolina B. T. Limites do ultramarino português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). **Repositório**

institucional UFF, Niterói, 2009. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/handle/1/27664>> . Acesso em: 11 de maio de 2023.

PENNA FILHO, Pio. Angola – 25 anos de independência, 25 anos de Guerra Civil. **Meridiano** 47, n. 6, p. 14-16, 2000. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/796/684>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

PEREIRA, José M. M.; PING, Jing G. **Navegações chinesas no século XV**: realidade e ficção. Odivelas: António Coelho Dias S.A., 2006.

PORTER, Patrick. **Sharing power? Prospects for a U.S. concert-balance strategy**. Carlisle: U.S Army War College Press, 2013. Disponível em: < <https://publications.armywarcollege.edu/pubs/2221.pdf> >. Acesso em: 12/10/2020.

ROCHMAN, Alexandre R. A avaliação de poder nas relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 46, 1999. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000100006> >. Acesso em: 10/11/2020.

RYSDYK, Janaina. A política externa chinesa para a África: uma análise dos casos de Sudão e da Nigéria. **Repositório digital UFRGS**, Porto Alegre, 2010. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28769>>. Acesso em: 01/11/2020.

SÁ, Alexandre J.G. O comércio sino-angolano no esquema centro-periferia: enfoque na questão do petróleo. **Repositório digital da UFPE**, Recife, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11115/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Alexandre%20Jose%20Gomes%20deS%c3%a1.pdf> >. Acesso em: 15/06/2023.

SAMY, Yiagadeesen. China's aid policies in Africa: Opportunities and Challenges. **The round table**, v.99, n.406, p. 75-90, 2010.

SANTOS, Pedro B. dos. A influência de Macau nas relações China-Angola. **Repositório digital UFRGS**, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/242053/001144621.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15/06/2023.

SHU, Silvana S.S. **A inserção internacional da China no pós Guerra-Fria**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/17438/1/Silvana%20Shiow%20Shyan%20Shu.pdf>>. Acesso em: 01/12/2020.

SILVA, Agostinho A. J. da. Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975). **Docplayer**, Lisboa, 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/48218126-Angola-dinamicas-internas-e-externas-na-luta-de-libertacao.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

SILVA, Márcia Maro. **A independência de Angola**. Brasília: Funag, 2008.

SILVA, Zoraide Portela. Guerra colonial e independência de Angola: o fim da guerra não é o fim da guerra. **Transversos: revista de história**, v.07, n. 07, p. 154-184, 2016.

SWAINE, Michael D; TELLIS, Ashley J. **Interpreting China's grand strategy**: past, present and future. Santa Monica: RAND Corporation, 2000.

TULL, Denis M. China's engagement in Africa: scope, significance, and consequences. **The journal of modern african studies**, v.44, p. 459-479, 2006.

VISENTINI, Paulo F. **História mundial contemporânea (1776-1991)**: da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. 3 ed. Brasília: Funag, 2012.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Berkeley: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

XAVIER, Nathaly S. A política externa chinesa e a recepção dos países africanos: o contraste entre Zâmbia e Angola (1989-2009). **Repositório digital UFRGS**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29395>>. Acesso em: 01/11/2020.